



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 008

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE MARÇO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pela senhora deputada Cida Borghetti e pelo senhor deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 003/2003

Curitiba, 13 de março de 2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996.

A lei que se pretende alterar é a que instituiu o Paranacidade, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, cuja finalidade consiste na prestação de assistência técnica aos municípios e no processo de desenvolvimento urbano regional do Estado.

O plano de lei em referência, atendendo proposição formulada pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, consulta aos superiores interesses da Administração, eis que, uma vez implantada a reformulação estrutural da referida entidade, conforme está consubstanciada no presente anteprojeto de lei, serão ensejadas condições no sentido de que o Estado do Paraná ofereça às municipalidades um melhor atendimento, possibilitando adoção de medidas administrativas de alto significado, através de providências que obviamente terão como objetivo fundamental o bem-estar do povo paranaense, principal destinatário das ações de meu governo.

Certo de que esta proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O inciso II do artigo 3º, a letra “b” do artigo 6º e o artigo 8º, todos da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º -...

“II - pela diretoria executiva, composta por 1 (um) Superintendente, 1 (um) Superintendente Executivo, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Administração e Finanças;”

Art. 6º -...

“b) 01 (um) representante indicado pela Casa Civil da Governadoria do Estado”;

“Art. 8º - O Superintendente Executivo, o Diretor de Operações e o Diretor de Administração e Finanças são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Superintendente do Paranacidade, remunerados nos termos do Plano de Cargos e Salários, previsto no artigo 19, desta lei”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 24/2003, do senhor Hermes Ricardo Matias de Paula - Secretário Executivo do Fundo Nacio-

nal de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à execução de programas do Fundo ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 388

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que seja procedida votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04 e 05 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 400

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada para encaminhamento à Comissão pertinente por falta de parecer, da discussão e votação dos Projetos de Lei 033/2003 e 047/2003, itens 06 e 07 da pauta, da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 395

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a reserva do Grande Expediente do próximo dia 25 para comemoração dos 80 anos do Partido Comunista do Brasil, quando usarão da palavra os representantes dos seguintes partidos políticos:

PPS - Luiz Carlos Rocha

PC do B - Ricardo Gomyde

PCB - representante

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 384

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosa-mente, REQUER, envio de voto de pesar, à família Machado, pelo falecimento da senhora Dolores Machado, ocorrido esta manhã na cidade de Londrina, conhecida por todos como Dolonita.

Nestes termos pede deferimento, solicitando que se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Joaquim Teixeira Leite, 35, Londrina-Paraná, CEP - 86.061-300.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação ao Dr. Luiz Carlos Miguita, presidente do Golfclub de Londrina.

A presente homenagem deve-se pela conquista da última eleição do Clube, a qual definiu o Dr. Luiz Carlos Miguita como novo presidente.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações pelos 25 (vinte e cinco) anos de fundação do Mercado Móveis, conceituada empresa que presta relevantes serviços em prol da população de Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao fundador da empresa, senhor Jeroslau Pauliki, através de correspondência para a Av. Visconde de Taunay, 584, CEP 84010-760, Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 378

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor aos valorosos policiais do Centro de Operações Policiais Especiais do Estado do Paraná, Dr. Luiz Carlos de Oliveira, Almir Alberti, Altair Ferreira Pinto, Anderson Prosdócimo, Cezar Mendes Vicente, Gerson Farias Rodrigues, José Adriano, José Carlos Fagundes, Luiz Antonio Imamura, Mauri Luiz Portela, Paulo Roberto Rodrigues da Silva, Sérgio Pirog, Valter Aquino Pimentel e Dr. Sebastião Ramos dos Santos Neto, que desarticularam quadrilha de motoqueiros que assaltavam cidadãos e realizavam saques nas agências bancárias da cidade de Curitiba.

Da decisão do Plenário, requer envio de correspondência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação de Moção de Desagravo ao Supremo Tribunal Federal, pelos motivos e fatos abaixo aduzidos:

Em reportagem veiculada pela revista Isto É, edição de 19 de março de 2003, o doutor Álvaro Augusto Ribeiro Costa, advogado geral da União, deu andamento a uma campanha desencadeada pela imprensa, com o objetivo de pressionar os membros do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ACO 453-5, ajuizada pelo Estado do Paraná contra a União, em 15 de junho de 1993, visando o cumprimento dos dois convênios e do aditivo-apostila pelos quais o Governo Federal assumiu a plena responsabilidade pelas despesas da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, obra entregue em 1975.

Formulando declarações que não se coadunam com a postura ética e profissional condizente com o alto cargo que ocupa, o Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa afirmou levemente que “ação do Paraná é uma aventura judiciária”, considerando-a uma tentativa de se “pagar pelo menos duas vezes por uma mesma obra”.

As observações do advogado geral da União, além de desvirtuarem a verdade dos fatos, implicaram num desrespeito ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, motivo pelo qual a situação merece ser devidamente esclarecida.

No final da década de 1960, a União Federal planejou e decidiu a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento agrícola das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste (Paraná, Mato Grosso do Sul e Oeste de São Paulo), visando assegurar o incremento das exportações de commodities, fundamental para o equilíbrio da balança comercial.

Neste sentido, foi elaborado o projeto da ferrovia Apucarana-Ponta Grossa, essencial para integrar a malha ferroviária federal das regiões acima mencionadas, ensejando a plena utilização do Porto de Paranaguá. Os altos custos envolvidos na obra foram suportados pelo Estado do Paraná em atendimento à solicitação feita pela própria Presidência da República. Naquela época o Governo Federal entendeu ser mais interessante e apropriado o Estado do Paraná obter verbas externas para o financiamento do empreendimento do que a União fazê-lo em nome próprio, razão pela qual foram firmados sucessivos convênios do Governo Federal com o Governo do Estado do Paraná, mediante os quais este ficaria com a incumbência da construção que, uma vez concluída, passaria à tutela da União, que em contrapartida comprometeu-se à indenização de todas as despesas da obra. Por igual razão, a obra foi administrada por comissão constituída para esse fim pela própria União Federal. Por meio da Lei Estadual nº 5768, de 10 de maio de 1968, esta Assembleia autorizou o Governo do Estado do Paraná, a “firmar convênios com o Governo Federal, destinados a entregar a obra, uma vez concluída a construção, à tutela definitiva dessa, e a receber indenização dos recursos que forem aplicados, em função desta lei, inclusive juros e taxas adicionais, na execução do projeto ferroviário em apreço...”.

Em 28 de outubro de 1968 a União Federal e o Estado do Paraná firmaram convênio para a construção

da Estrada de Ferro Central do Paraná, no qual, expressamente, constou a vinculação deste à Lei Estadual acima referida. Eis o conteúdo da cláusula primeira “Do Objeto”, do mencionado convênio:

“O presente convênio tem por objetivo a transferência para o Governo Federal de todo o acervo da ferrovia Apucarana-Ponta Grossa, a ser construída pelo Governo do Estado do Paraná numa extensão aproximada de 330 quilômetros, bem como a indenização pelo primeiro de todas as despesas suportadas pelo segundo, para a conclusão da obra”.

Como se percebe, foi conveniado que a União se comprometeu a ressarcir o Estado de “todas as despesas” que despendesse com a obra.”

Posteriormente, a Lei Estadual nº 6134, de 23 de julho de 1970, autorizou o Governo do Paraná a contrair empréstimo externo para cobrir os custos com complementação da referida ferrovia, autorização esta condicionada à celebração de novo convênio com o Governo Federal que assegurasse o ressarcimento de todos os recursos que fossem para tal fim dispendidos pelo Estado.

Novo convênio foi celebrado em 23 de julho de 1971, no qual, mais uma vez, expressamente, constou a vinculação deste à Lei Estadual datada de 1970, onde novamente ficou assinalada a responsabilidade da União em indenizar o Estado do Paraná, nos termos da cláusula 1.1, cuja redação é a seguinte:

“O presente convênio tem por objeto a construção da ferrovia Apucarana-Ponta Grossa, numa extensão aproximada de 330 quilômetros, com esforços conjugados do Governo do Estado e do Governo Federal, bem como a transferência a este de todo o acervo ferroviário construído e a indenização, pela União, ao Estado das despesas suportadas na realização do empreendimento.”

É inegável que por este novo convênio foi reafirmada a responsabilidade da União em relação ao Estado do Paraná. Por conta disso, justifica-se nele constar (cláusula 1.3), os valores de investimentos feitos na obra, os quais seriam ressarcidos em parcelas.

Em decorrência de reivindicações fundamentadas do Estado do Paraná, o Governo Federal editou, aos 24 de dezembro de 1973, um aditivo-apostila ao convênio de 1971, pelo qual foi prorrogado o prazo do convênio e no qual se estabeleceu:

“Cláusula quarta: continuam em vigor todas as condições do convênio inaugural, que não colidam com as do presente instrumento.”

Diante disso, a relação entre a União e o Governo do Estado do Paraná passou a ser regida em conjunto pelo previsto nos dois convênios e no aditivo-apostila, tendo este estabelecido que continuou a vigorar todas as condições do convênio inaugural, isto é, aquele firmado em 1968.

Nesse passo, interpretando-se os convênios e as leis estaduais em conjunto, ficou estabelecido, sem sombra de dúvida, que a União é responsável em indenizar o

Estado do Paraná por todas as despesas que este teve para a conclusão da obra, conforme consta da cláusula primeira do convênio de 1968.

A Estrada de Ferro Central do Paraná foi inteiramente construída e entregue ao Governo Federal em outubro de 1975, ocasião em que foi firmado termo de recebimento que assim consignou:

“Quanto ao recebimento do acervo da ferrovia, tendo em vista ter sido a obra executada mediante convênio entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo Federal, o mesmo só será transferido para a Rede Ferroviária Federal S/A após o acerto final de contas entre aqueles dois Poderes, ficando, no entanto, a Rede Ferroviária Federal S/A, desde já autorizada a utilizar plenamente todos os bens, móveis e imóveis... necessários à exploração do tráfego ferroviário e constituintes da ligação em pauta.”

Reconheceu a União Federal, expressamente portanto, a existência de contas a acertar com o Estado do Paraná, relativamente à construção da ferrovia.

Não tendo havido o previsto acerto de contas, o Estado do Paraná ajuizou no Supremo Tribunal Federal a Ação Civil Originária nº 453-5 contra a União Federal, a qual trata de situação idêntica à enfrentada pelo STF na ACO 381.

No julgamento desta ACO 381, o relator, ministro Marco Aurélio promoveu detida análise das leis estaduais promulgadas por esta Casa, Leis nº 5.768 de 10.05.1968 a Lei nº 6.134 de 23.07.1970, bem como dos convênios celebrados em 1968 e em 1971, mencionando inclusive o conteúdo da cláusula quarta do aditivo-apostila editado em 24.12.73, concluindo ser “inafastável a responsabilidade da União Federal, em decorrência dos convênios firmados, para a construção da estrada de ferro pelo Estado do Paraná” tendo o Pleno do Egrégio Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime, condenado a União a indenizar o Estado do Paraná.

No final de 2002, o Governo Federal passou a rever suas contas com os governos estaduais possibilitando ao governador do Estado do Paraná buscar a solução da pendência relativa à Estrada de Ferro Central do Paraná.

Em resposta, o presidente Fernando Henrique Cardoso não só reconheceu o pleito, com base na legalidade dos convênios e no fato do STF já ter reconhecido a responsabilidade da União em face dos mesmos convênios, como também determinou ao ministro da Fazenda e o advogado geral da União fosse ele devidamente cumprido.

Neste momento, o atual Governo Federal deu continuidade a essas tentativas iniciadas pelo governo anterior, solucionando outras pendências com outros Estados da Federação (Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Amazonas, Goiás, Tocantins, Espírito Santo, Roraima, Piauí e Minas Gerais).

Ademais, convém assinalar que antes mesmo da reportagem acima mencionada outra foi veiculada pela

Gazeta Mercantil, em data de 11.03.2003, onde constou que em caso de sucesso da demanda “O Tesouro Nacional terá que desembolsar aproximadamente R\$20 bilhões de reais”. Este valor mencionado em ambas as reportagens não encontra semelhança com qualquer valor constante do processo em trâmite no STF, de modo que não passa de uma quantia arbitrariamente estimada pela Advocacia Geral da União, com o fim único de ampliar e distorcer os fatos e levar a decisão jurídica para o campo de uma decisão política que não cabe ao STF.

Nas mesmas declarações levianas, que agora são veiculadas pela imprensa, o advogado geral da União tentou expor no plenário do STF e por isso teve sua palavra cassada. Entretanto, nem após tamanho constrangimento ele desistiu de prosseguir em sua jornada inconsequente deturpando fatos, confundindo propositadamente os textos dos convênios sucessivamente firmados, alterando as conclusões das perícias realizadas e negando legitimidade às determinações de duas leis promulgadas pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, as quais foram expressamente consignadas nos convênios.

Não bastasse isso, a Assembléia Legislativa tomou conhecimento do teor dos memoriais apresentados pelo advogado geral da União, no qual observa que este não mediu esforços para induzir em erro os ministros do Supremo Tribunal Federal. É de se observar as seguintes inverdades proferidas pela AGU:

01 - Afirma a AGU que o primeiro convênio, celebrado em 1968, “foi substituído na sua integralidade pelo Convênio de 23/07/71” e que “o termo aditivo *rectius* aditivo-apostila editado pelo Governo Federal datado de 24/12/73, não modifica substancialmente o pacto firmado pelas partes, e nada altera, em particular, a pré-determinação dos valores a serem indenizados, como fixados pelo segundo convênio.

Isso não é verdade. O aditivo-apostila editado pela União em 24/12/1973 estabeleceu, na sua cláusula quarta, que “continuam em vigor todas as condições do convênio inaugural...” Ora o que é inaugural? Conforme Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, inaugural é aquilo que inaugura, que inicia. Sendo assim, resta claro que o aditivo-apostila revigorou plenamente todas as condições do convênio que iniciou a relação, o primeiro convênio, o celebrado em 1968.

Logo, a relação entre a União e o Governo do Estado do Paraná passou a ser regida em conjunto pelo previsto nos dois convênios e no aditivo-apostila, do que se extrai, inegavelmente, que a União é responsável em indenizar o Estado do Paraná por todas as despesas que este teve para a conclusão da obra (cláusula primeira do convênio de 1968).

02 - Afirma a Advocacia Geral da União que as leis estaduais que autorizaram o Governo do Estado do Paraná da época assinar os convênios é “comando dirigido aos próprios representantes do estado-membro, somente tendo o condão de responsabilizar o próprio representante estadual...”

As Leis Estaduais nº 5.768/68 e nº 6.134/70, constaram expressamente em ambos os instrumentos de convênios firmados em 1968 e em 1971 e, se a eles integram, subordinam a União Federal.

03 - A Advocacia Geral da União afirma ter efetuado considerações acerca da perícia realizada na ACO 453, pela qual teria mencionado valores pagos, tratado dos critérios de conversão e da atualização monetária.

A perícia determinada pelo relator do caso, ministro Ilmar Galvão, foi realizada perante a Justiça Federal de Curitiba-PR, por conta das Castas de Ordem Gravosa nº 94.2132-1 e nº 95.13782-8 oriundas do STF e extraídas da ACO 453-5 e, conforme constou (fls.874) a prova pericial foi concluída sem que os assinantes técnicos do Estado do Paraná ou da União apresentassem qualquer manifestação contrária ao laudo apresentado pelo perito nomeado. Assim sendo, os fatos e valores apurados pelo laudo correspondem fidedignamente à realidade, tanto que não impugnada pelas partes.

04 - Segundo a Advocacia Geral da União, uma perícia contábil teria constatado que os valores já repassados pela União ao Estado do Paraná, algo em torno de US\$84,5 milhões de dólares, ultrapassaria o valor realmente devido por força dos convênios, isto é, sustenta a AGU nada mais ser devido pela União ao Estado do Paraná por conta da obra ferroviária.

Diferentemente do afirmado, a perícia contábil realizada nos autos, constatou que ainda que a União tenha efetuado repasse de verbas ao Estado do Paraná, o fez em atraso e de maneira insuficiente, o que fez incidir encargos financeiros sobre os valores objetos dos empréstimos externos, estes suportados pelo Estado do Paraná. Daí ter concluído a perícia realizada, a qual não foi impugnada pela União, que a União ainda era devedora, no que se refere aos ditos empréstimos externos, de um valor próximo de US\$210,4 milhões de dólares.

05 - A Advocacia Geral da União, argumentou, também, que na ACO 381, o relator, ministro Marco Aurélio, teria reconhecido a responsabilidade da União naquela oportunidade, mas “limitado, contudo, a sua obrigação indenizatória estipulada nos convênios firmados”. Disse mais, que “o ministro Marco Aurélio rechaçou expressamente a possibilidade de se impor uma condenação ampla da União, que importasse o pagamento de todas as verbas que supostamente deixou de repassar ao Estado do Paraná para construção da ferrovia Apucarana-Ponta Grossa”.

A situação apresentada pela Advocacia Geral da União deve ser interpretada à luz das regras processuais vigentes. Na ACO 381 a União foi denunciada a lide pelo Estado do Paraná, ou sejam tomou-se por base o fato de que a relação jurídica discutida naquele feito era entre o consórcio projetista (contratado) e o Estado do Paraná (contratante), cabendo à União a obrigação de ressarcir o Estado do Paraná naquilo que fosse este condenado.

Ora, nos termos da lei processual (CPC, art. 70, III) a condenação imposta ao denunciado deve se limitar ao *quantum* objeto da ação principal. Daí ter o relator limitado a indenização aos valores exclusivamente devidos ao consórcio projetista, pois os outros valores, por ora discutidos na ACO 453, não faziam parte daquele pedido e nem poderiam, pois o Estado nada estava pleiteando, senão o ressarcimento daquilo que lhe fosse imposto por força do pedido feito pelo consórcio.

Assim, a limitação verificada na ACO 381 não implica no não reconhecimento da responsabilidade da União pelo ressarcimento de “todas as despesas pelo empreendimento da obra” ao Estado do Paraná, mas, tão somente que a condenação lá imposta deveria ser vinculada aos limites do pedido feito pelo consórcio projetista.

Por fim, ainda a desdizer o que afirmado pelo advogado geral da União, consta da mencionada decisão ser “inafastável a responsabilidade da União Federal, em decorrência dos convênios firmados, para a construção da estrada de ferro pelo Estado do Paraná.”

Nestas condições, as declarações do advogado geral da União representam uma ofensa à Suprema Corte deste País e ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, além de constituírem uma alteração dos entendimentos realizados, à época, entre os governos estadual e federal.

Diante de todo o exposto, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná requer uma Moção de Desagravo ao Supremo Tribunal Federal a qual deverá ser encaminhada, também, ao conhecimento dos Exmos. Srs. governador do Estado do Paraná e ao presidente da República, para tomada de providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual da Agricultura, solicitando informações sobre recursos do programa Paraná 12 Meses, destinados à Associação Santo Expedito no município de Centenário do Sul, referente ao período do ano de 2002 até o presente momento.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 391

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao secretário de Estado da Fazenda, Sr. Heron Arzua, solicitando a relação dos restos a pagar do exercício de 2002, bem como os nomes de beneficiados, valor e a que se referem os empe-

nhos ora cancelados, conforme decreto nº 753, publicado no Diário Oficial do dia 13/03/2003.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 389

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, a criação do Núcleo Regional de Esportes, compreendendo os municípios de Matinhos, Guaratuba, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná e Paranaguá, tendo este como sede da regional, se faz necessário, visto a grande quantidade de escolas da rede pública que estão instaladas em toda a região, e também pela crescente demanda de desportos na região.

Os municípios retro mencionados necessitam de um órgão estatal pensando diuturnamente para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades esportivas, pois muito há para realizar neste campo, em virtude das peculiaridades litorâneas, que impõe às populações da orla marítima e prática de esportes.

Causa-nos preocupação o fato de que as cidades do litoral paranaense encontram-se limitadíssimas a tais recursos, pois carece de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização, habitacional e nas construções escolares.

Inúmeras são as vantagens da criação desse núcleo, principalmente criando dentro da realidade do litoral paranaense, condições do Estado estabelecer e desenvolver planos e programas de incentivo à prática desportiva direcionados à criança e ao adolescente.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 390

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, a criação do Núcleo Regional de Turismo, junto à estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Turismo, compreendendo os municípios de Matinhos, Guaratuba, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná e Paranaguá, tendo este como sede da regional, se faz necessário pelo gigantesco potencial turístico do litoral do Paraná e também pelo fluxo de turistas constatado no último verão.

Os municípios retro mencionados necessitam de um órgão estatal pensando diuturnamente para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades turísticas da região, pois muito há a realizar neste campo.

O governo federal tem alardeado amplamente sobre os vultosos investimentos que fará na área de turismo em todo Brasil e não seria a região litorânea do Paraná que ficaria de fora desses projetos, portanto, seria de bom entendimento que se procedesse à criação do Núcleo Regional de Turismo do Litoral do Paraná, composto pelos municípios de Matinhos, Guaratuba, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná e Paranaguá, órgão que desde já começaria a desenvolver programas e projetos para o litoral, orçando e dimensionando as necessidades e planejando o futuro do turismo do litoral paranaense.

O volume de recursos que transitam oriundos do turismo pode em muito ser dimensionado, pois o potencial da região litorânea é enorme, gerando empregos e rendas em um local onde há muito se urgem providências que propiciem desenvolvimento.

Ressalta-se a importância para o litoral paranaense que em época de temporada, torna-se o refúgio de muitos turistas do Paraná e de outros Estados, à procura de lazer e entretenimento, tendo aumento considerável do fluxo de pessoas.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem e no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM, sejam enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando a troca das ambulâncias SIATE do município de Ponta Grossa, tendo em vista estarem em péssimo estado de conservação e dificultando o atendimento à população do município.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(aa) JOCELITO CANTO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 394

Senhor Presidente:

O deputado que o presidente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de correspondência ao Ilmo. Sr. presidente da Sanepar, solicitando a ampliação de rede de esgoto na Rua Latino Coelho, município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 386

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao diretor-presidente da Paraná Esporte, Ricardo Crachineski Gomide, solicitando gestões no sentido da realização dos Jogos Abertos Regionais do Vale do Pirapó - JARVAP'S.

A nova direção da Paraná Esporte tem demonstrado a intenção de resgatar as competições regionais, proporcionando oportunidade de desenvolvimento para o esporte amador do Paraná.

Os jogos mencionados representam encontro esportivo entre os municípios da região Noroeste do Estado, incentivando as práticas esportivas e melhorando padrões técnicos.

Os Jogos Abertos Regionais do Vale do Pirapó têm uma história de amizade esportiva e envolvimento no esporte amador do Estado e, infelizmente, foram esquecidos em função da falta de política governamental voltada para essa faixa de atletas amadores.

Existe em cada uma dessas competições algo mais do que o embate esportivo; existe o conagraçamento e a amizade que misturados à rivalidade, proporcionam brilho especial aos eventos.

As políticas públicas voltadas para o esporte amador também se prestam a oferecer novas oportunidades para os jovens, melhorando a qualidade de vida das comunidades. Dessa forma, essencial o apoio do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem e no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, envio de correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando a urgente ativação do Presídio Industrial de Ponta Grossa, tendo em vista que, Mini Presídio Ildebrando de Souza, que recebe presos de toda a região dos Campos Gerais, está com o dobro da população carcerária de sua capacidade, e que o referido presídio industrial, situação a 1.500 metros de distância, encontra-se com as obras concluídas, tendo sido inclusive inaugurado em dezembro de 2002.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem expor e ao final REQUERER o que segue:

Considerando que as escolas públicas estaduais estão sob a direção de professores escolhidos mediante processo misto que submeteu os candidatos a um teste de conhecimento e a uma eleição, mediante votação direta e secreta por toda comunidade escolar;

Considerando que o processo de escolha dos diretores legitimamente realizado em conformidade com as normas estabelecidas pelo Poder Executivo, após amplo debate com a sociedade, e cujos critérios foram claramente explicitados e compartilhados com todos os candi-

datos, lideranças políticas e com toda a comunidade escolar envolvida;

Considerando que tal sistema de escolha de dirigentes está ancorado base sólida tripartite; técnica, política e social, consubstanciadas na avaliação do conhecimento do candidato, na participação dos núcleos regionais de educação, e de todos os professores, pais e alunos da escola, conferindo ao vencedor um período de 03 (três) anos para administrá-la, e que tal período poderia ser encurtado mediante seu afastamento por má administração;

Considerando, principalmente, que a imutabilidade das regras durante o “jogo”, é pressuposto da democracia, como fator de estabilidade e segurança social;

Considerando que não obstante aos fatos expostos foi expedido o Decreto 450, de 03 de fevereiro de 2003, revogando os Decretos nºs 4313 e 4569/2001, que disciplinaram o processo de escolha dos atuais diretores; e,

Considerando por fim, que o referido decreto além de informar que até dezembro de 2003 o Poder Executivo regulamentará e realizará novo processo de escolha de diretores, e ainda, que a partir de 02 de janeiro (muito embora editado em 03/02) até a realização do novo processo de escolha, definiria os critérios para designação dos servidores que irão exercer as funções de diretores e diretor auxiliar, é que REQUER, informe o Sr. secretário Estadual da Educação, Maurício Requião e, em face do teor do decreto referido, respeitará o Poder Executivo, a decisão tomada pelas comunidades de cada uma das escolas deste Estado, confiando a sua gestão, por um período de 03 (três) anos, contados a partir da posse dos eleitos em 19 de dezembro de 2001 até 18 de dezembro de 2004, ao professor aprovado e por eles eleitos.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 401

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações junto à Secretaria de Estado da Fazenda, se a Olvepar, tinha créditos a receber do Tesouro Estadual no último trimestre de 2002, bem como o seu valor.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando a inserção nos Anais do seguinte documento:

Nota de repúdio do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, NATÁLIO STICA e ÂNGELO VANHONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 128/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As operações que envolvam compra de créditos sob qualquer título e empréstimos realizados pelos órgãos da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná devem ser submetidas à aprovação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Assembléia Legislativa analisará a legalidade das operações de crédito e empréstimos, não se pronunciando sobre os critérios de oportunidade e conveniência dos contratos a serem firmados pela administração estadual.

Art. 3º - O pedido de aprovação da operação de crédito deve ser remetido à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, acompanhado em forma de mensagem do Executivo.

Art. 4º - A Assembléia Legislativa terá 30 (trinta) dias para analisar a mensagem de aprovação da operação de crédito contados da data do seu recebimento pela Mesa.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Diante das inúmeras denúncias de mau uso do dinheiro público que trouxeram graves prejuízos às finanças do Estado, cabe a esta Assembléia Legislativa, diante da competência conferida pela Constituição Estadual, exercer de forma mais próxima e efetiva a fiscalização do uso do dinheiro público, protegendo os interesses dos cidadãos paranaenses.

A nossa Constituição confere à Assembléia Legislativa o poder de fiscalizar as operações de crédito e empréstimos efetuados pela Administração Estadual, conforme dispõem os seguintes artigos:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre

todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

IV - dívida pública, abertura e operações de crédito;”

“Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXXIV - autorizar operações de natureza financeira externa ou interna;”

“Art. 74 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta ou indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo Único - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

“Art. 78 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.”

Pelo exposto, levamos a matéria à apreciação dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 129/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa de Habitação Rural - PHR, para agricultores familiares.

§ 1º - São considerados, a título de classificação, agricultores familiares aqueles que:

a) utilizem o esforço direto de sua família no trabalho produtivo em mais de 80% de sua propriedade;

b) não detenham a qualquer título área superior a 50 ha;

c) que no mínimo 80% da renda bruta anual familiar advenham das explorações agropecuárias;

d) residam no imóvel rural há mais de um ano.

§ 2º - O Programa de Habitação Rural - PHR, priorizará a implementação e a distribuição dos recursos financeiros nos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano, inferior à média do Estado, e onde houver maior demanda conforme determinação do poder público.

§ 3º - Serão priorizados agricultores familiares que apresentem precárias condições de habilitade.

§ 4º - Terão primazia às propriedades ambientalmente conduzidas e preservadas.

Art. 2º - O Programa de Habitação Rural - PHR, objetiva melhorar as condições de habitabilidade para os agricultores familiares, oferecendo linha de crédito com subsídio a ser definido pelo Poder Executivo, na regulamentação desta lei e na implementação do Programa.

§ 1º - O crédito deverá ser suficiente para construção de casas de no mínimo 52 m2.

§ 2º - O subsídio a ser concedido será estabelecido na regulamentação da presente lei.

Art. 3º - As fontes de recursos financeiros serão, inicialmente, aquelas gerenciadas pela Caixa Econômica Federal, projeto Alívio à Pobreza no Meio Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais - Contrato de Empréstimo 4060-BR e/ou outras fontes indicadas pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e gerir fundo próprio através da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar ou outro órgão do Estado para execução do Programa.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá abrir crédito a qualquer tempo no orçamento anual para a implementação do Programa.

Art. 5º - A implementação do Programa, a elaboração dos projetos, bem como a prestação de assistência técnica e social aos beneficiários, caberá à Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, a SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e suas vinculadas.

Art. 6º - Cabe ao Poder Executivo definir o prazo de pagamento, o valor das prestações, garantias e demais procedimentos a serem adotados para sua implementação.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Com 200 mil quilômetros quadrados - 2,3% do território brasileiro - e 9,7 milhões de habitantes, o Paraná responde por 14% da produção Agropecuária e por 25% do volume de grãos do país. Sem dúvida, é um Estado com agricultura forte, de destaque nacional, que muito contribuiu na geração de riquezas. Uma das unidades mais importantes da Federação, é o primeiro na produção de feijão, milho, trigo, mandioca, aveia e aves de corte; segundo na de soja, centeio, cevada, cana-de-açúcar e avicultura de postura; terceiro na de batata, tomate, fumo, amendoim e suínos.

Embora as políticas públicas tenham privilegiado outros setores, o agronegócio paranaense participou em 2001 com 64% das exportações do Estado, alcançando um valor de US\$3,42 milhões.

O perfil da economia, a partir de 2000, apresenta uma aceleração nas transformações, ampliando a participação relativa dos serviços e da indústria. Entretanto, permanece e continuará por muito tempo baseada em algumas cadeias produtivas como as do milho, soja, cana-de-açúcar, mandioca, madeira, aves e suínos.

Apesar desse quadro de prosperidade, ainda existem pobreza no campo e muito desequilíbrio social. Ao lado de um contingente de 45.000 agricultores bem sucedidos, verdadeiros empresários rurais que adotam tecnologia de ponta e têm boas condições de vida, convive um contingente de 320.000 agricultores familiares, dos quais ao redor de 168.000 com renda baixa ou quase sem renda, sem condições de habitação, alijados da economia de mercado e marginalizados da chamada tecnologia moderna.

Por outro lado, o número de estabelecimentos agropecuários e a população rural no Paraná passaram por grandes transformações desde a rápida expansão da fronteira agrícola. Nos últimos dez anos, em média desapareceram de 20 a 25 propriedades rurais por dia, com expulsão de 80 a 100 pessoas do campo diariamente. Resultados dessa situação foram o aumento da concentração fundiária no Estado - com a área média por propriedade saltando de 36 para 43 ha - e a diminuição da população rural, em 2000, para 20% do total.

Ainda como consequência da alteração do número de propriedades rurais, neste período verificou-se uma redução de 570.000 pessoas ocupadas no campo.

Do contingente de agricultores que ainda restam, 64% com menos de 20 hectares não têm capacidade imediata de absorção de tecnologia e desconhecem as implicações ambientais de sua atividade, com produtividade e agregação de renda baixa, ou seja, tendem a ser rapidamente excluídos de seu meio, deslocando-se para as periferias das cidades, engrossando as filas de desempregados e passando à condição de dependes dos programas sociais do governo. A propósito, estudos apontam que ao mudar para a cidade o agricultor despreparado custa até sete vezes mais para os cofres públicos.

Estes agricultores familiares paranaenses - que hoje são responsáveis por 48,2% do Valor Bruto da Produção Agrícola do Estado, apresentam baixa capacidade de adoção tecnológica, baixo nível educacional e pouco capital disponível - só terão condições de permanecer dignamente no campo se melhorarem suas condições de habitabilidade, produtividade e se diversificarem suas explorações com novos tipos de lavoura, e ainda, se agregaram renda a seus produtos, buscando sustentabilidade econômica, social e ambiental de suas unidades produtivas.

Em que pese à importância da participação desse segmento na economia do Estado, os números revelam

uma situação deplorável. Das pessoas ocupadas na Agricultura, 61% tem algum rendimento, destes, 70% tem rendimento correspondente até 2 salários mínimos. Quase a metade das residências rurais da percentagem citada acima é construída com materiais não duráveis e às vezes sem piso adequado. Dessas casas, 33% têm apenas um cômodo e 12%, dois cômodos. Das que possuem dois cômodos, 70% não dispõem de eletricidade, cerca de 80% não recebem suprimento de água e 92% não têm sanitários.

Uma avaliação realizada pelo Ipardes junto às comunidades pobres beneficiadas pelo Projeto Paraná 12 Meses, em 2002, constatou que, devido à precariedade e ao estado de conservação das residências, em 55,6% dos casos foi preferível a construção de nova moradia do que reforma das antigas.

Por outro lado, verifica-se que as políticas públicas para a área habitacional no Brasil priorizam programas urbanos, servindo, pois, de estímulo para que produtores rurais abandonem o campo.

Dentro deste contexto, há necessidade urgente do Estado estabelecer políticas específicas para a agricultura familiar, calcada principalmente, no desenho e na implementação de um Programa de Habitação Rural, a ser criado por Lei e que possibilite aos agricultores familiares o acesso ao crédito para construção de moradias capazes de assegurar melhoria da qualidade de vida e estimular a permanência no campo.

Esta política ainda tem papel fundamental no resgate da cidadania e na valorização do meio rural, diminuindo o êxodo e favorecendo uma vivência no campo mais humana e fraterna.

Desta forma, o Programa ora proposto visa, de forma integrada entre Governo Estadual, Prefeituras Municipais e sociedade, suprir as deficiências do setor habitacional rural do Estado do Paraná, possibilitando melhor qualidade de vida a essa população e fortalecendo esse valioso segmento da agricultura familiar como gerador de emprego e renda.

PROJETO DE LEI Nº 130/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao desembargador Oto Luiz Sponholz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa legislativa de propor aos nobres parlamentares desta Assembléia Legislativa, reais representantes das aspirações do povo paranaense, a aprovação da concessão do título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao senhor doutor

Oto Luiz Sponholz, por tratar-se de ato de reconhecimento de elevadíssimo mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao Estado do Paraná.

A nós é facilitada a incumbência de justificar a apresentação desta proposição em se tratando da pessoas do Oto Luiz Sponholz, figura proeminente do Paraná, que tão bem o povo conhece e reconhece seus feitos em virtude do convívio com o Direito dos cidadãos.

Paranaense da cidade de Imbituva, sagitariano nascido em 15 de dezembro de 1941, filho do falecido Bertoldo e Adelina Ana Sponholz, Oto Sponholz formou-se advogado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná tendo formação profissional também em Letras Neolatinas, pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Paraná, conseguindo considerável destaque na advocacia, militando nas áreas Cível e Criminal no período de 1965 a 1986.

Exerceu inúmeras atividades culturais e profissionais ligadas ao Direito e à Magistratura, sempre com lisura e muita competência marcas registradas das ações deste empreendedor jurídico, nobre causídico, que ajudou a erguer os conceitos do Tribunal de Justiça do Estado, a patamares que extrapolam os limites territoriais de nossa unidade federativa, culminando por exercer o posto de corregedor geral e atualmente, com muito mérito, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em seu posto maior, o de presidente.

O exame superficial do *curriculum vitae* em anexo, dá a perfeita noção da personalidade de destaque que possui o Paraná, seus trabalhos, realizações, sempre propiciam desenvolvimento e modernidade ao trato de direito em benefício do povo, tendo atualmente o mister objetivo de combater a morosidade da justiça e a impunidade, levando a tutela jurisdicional até às populações mais carentes.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres pares com assento neste templo deliberativo, para procederem o devido apoio à proposta que ora apresentamos, a fim de reconhecer em vida, os méritos deste filho do Paraná, que tanto dignifica o nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 131/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário de Tuneiras do Oeste - Ocadecto, no município de Tuneiras do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede na Cidade de Tuneiras do Oeste e

foro na Comarca de Cruzeiro do Oeste, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública municipal através da Lei nº 133/2002.

A Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário de Tuneiras do Oeste tem por objetivo: constituir-se como órgão de representação das associações agregadas junto a outras instituições; promover o desenvolvimento comunitário através de realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos; proporcionar melhorias do convívio entre os habitantes da área de abrangência, através da integração dos filiados das associações agregadas; promover o desenvolvimento comunitário; promover atividades assistenciais e defender os interesses dos associados na questão de implantação, produção e comercialização.

A documentação que institui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Encerrada a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto, por cinco minutos.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, no dia de ontem mais um dado impressionante veio corroborar o que já havia alterado nessa tribuna no dia 26/2002. A onda galopante na segunda maior cidade do Estado está tomando contornos assustadores. Londrina supera Curitiba e Porto Alegre em violência. Em comparação com o Rio de Janeiro, Londrina, proporcionalmente, com 36,01 homicídios para cada cem mil habitantes chega a superar até a Capital fluminense que é a quinta Capital deste país mais violenta. Até com relação a São Paulo que teve 7,84% de diminuição de homicídios de 2001, para 2002. Londrina também tristemente, vereador André Vargas, aliás desculpe a força do hábito, vereador estadual, corrigindo aqui, presidente estadual do Partido dos Trabalhadores da minha cidade e da cidade de Londrina. Londrina teve um aumento no número de assassinatos na ordem de 37,6%. Esses dados são insuspeitos porque faz parte de um levantamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública. E para comprovar esse quadro cruel, a cada trinta e seis horas uma pessoa morre assassinada na cidade de Londrina. Hoje pela manhã, nós tivemos mais um rapaz viciado, assassinado na cidade.

Ontem pela manhã foi a vez do investigador de Polícia Genivaldo Alves de Almeida de 40 anos ser baleado no rosto ao cumprir um mandato de busca e prisão

provisória do acusado de tirar a vida do jovem de 25 anos nos cinco conjuntos na zona norte da cidade, o Sr. Anderson Pereira dos Santos, no final da semana passada.

Isto demonstra claramente o total desrespeito à instituição policial, na capital do Norte do Paraná. Não se trata aqui apenas da ousadia isolada de um marginal, muito menos uma simples fatalidade. Exponho o risco que os policiais civis e militares de todo o Paraná, enfrentam no cumprimento dos seus deveres. E comprovam ainda mais que as condições de trabalho e de toda nossa polícia, estão aquém do desejado. As polícias fazem o que pode. Ontem aliás realizaram uma reunião envolvendo as corporações civil, militar e federal para encontrar maneiras de atuação conjunta. Mas, infelizmente, é preciso muito mais do que isso. Infelizmente também nós não temos um secretário da Segurança Pública no nosso Estado, a quem possamos nos reportar. Temos a quem recorrer, que é o delegado da Polícia Civil, Dr. Adauto Abreu de Oliveira, que é competente. E, faço um apelo para que ele imediatamente lidere os 28 novos investigadores e escrivãos de política, para que os 3º e 5º Distritos Policiais na cidade de Londrina passem a funcionar 24 horas por dia.

Sei também que essa medida pode amainar, mas não pode aplacar a onda criminal na cidade de Londrina.

A minha modesta opinião, como vice-presidente da Comissão Permanente de Segurança desta Casa é a seguinte: É preciso modificar profundamente a Lei de Execuções Penais; porque ela é muito branda e não pune exemplarmente os infratores. As cadeias no atual sistema prisional transformaram-se numa extensão da residência dos delinquentes. Dentro das celas tem televisão, aparelho de som, eles jogam futebol, têm direito às visitas íntimas. Em algumas penitenciárias têm nutricionistas, psicólogo.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo-lhe um minuto para concluir.

O SR. BARBOSA NETO

Gostaria de usar, senhor presidente, o tempo da liderança, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo-lhe cinco minutos da liderança do seu Partido.

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado.

E lamentavelmente, no ditado às avessas, o crime acaba compensando neste país.

Por isso, os “Fernandinhos Beira Mar” da vida comandam organizações criminais de dentro de suas celas, com aparelhos de celular na mão. Eu concordo, até mesmo, com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que disse à imprensa no domingo, que a Justiça é morosa e precisa de agilidade. E disse mais, o

Sr. Oto Luiz Sponholz “que é necessário ter coragem para mudar”.

Isso dito por um presidente de um Tribunal do Juri, assumido inclusive a letargia que se encontra a atual justiça. Ele em uma das suas iniciativas está propondo ônibus itinerantes nos bairros, para levar a Justiça mais ágil, principalmente, para a população mais carente.

Infelizmente, as leis perderam a eficácia no nosso país.

Senhor presidente da Comissão de Segurança desta Casa, o senhor sabe muito bem, Delegado Bradock, que um assaltante, se condenado deveria cumprir 5 anos e 4 meses de reclusão, mas vai ficar no máximo 3 anos, em regime semi-aberto, porque hoje a legislação permite, através das progressões penais, abrandar essas punições. É muita lei para beneficiar os bandidos, e poucos instrumentos para garantir a segurança do cidadão de bem.

Na minha opinião, é necessário que o réu fique em regime fechado, por pelo menos um ano que seja, mas sem as atuais regalias, caso contrário nós vamos continuar com essa inversão de valores que verificamos hoje em dia. Os presos com as suas benesses agem e circulam livremente. E o cidadão de bem enclausurado em sua casa com grades, cercas elétricas, vigias, circuitos internos de segurança, tentando proteger a sua família e o seu patrimônio.

Pela atual lei que aí está, quem é que é o preso, e quem é que está em liberdade no nosso Estado?

Lembra-me a deputada Arlete Caramês, que está no jornal do Estado, de hoje, que o Fernandinho Beira Mar pode vir para o Estado do Paraná. O governador de São Paulo não quis trocar com a governadora do Rio de Janeiro, o Andinho, pelo Fernandinho Beira Mar. Será que nós, aqui no Paraná, que não temos sequer um Secretário de Segurança Pública até agora, vamos ter que aceitar esse marginal, que aprontou à Instituição chegando a matar um juiz do Estado de São Paulo?

Era esse o apelo que gostaria de deixar na Sessão de hoje.

Muito obrigado!

O Sr. Ratinho Júnior

Deputado Barbosa Neto, fazer das suas palavras as minhas. E faço um apelo ao governador Roberto Requião que mais urgente possível nomeie um Secretário de Segurança do Estado do Paraná. Ontem uma eleitora minha, teve o seu filho assassinado com 19 anos de idade.

Ser governador já não é fácil, ser governador e secretário, é humanamente impossível.

Muito obrigado!

O Sr. Ademar Traiano

Acompanho o seu pronunciamento e sei que V. Exa. é homem que tem uma ligação profunda com essa área, conhecedor de todos os problemas da área de segurança em nosso Estado.

Gostaria apenas de fazer uma consideração. Realmente muito se falou no passado que nesse Estado vivíamos crises profundas na área de segurança. Esse foi o discurso da Oposição ao governo anterior. Lamentavelmente estamos vivendo a mesma e dramática situação neste governo. Para que V. Exa. tenha noção da gravidade do problema, sou de uma região de fronteira e há 15 dias a Polícia Militar - Grupo de Operações Especial - percorreu o comércio da cidade para pedir ajuda financeira para comprar um fuzil e fazer frente aos bandidos, assaltantes que assaltam os ônibus na fronteira.

Portanto, acho que esse alerta é de fundamental importância para começarmos a ver com mais seriedade a questão de segurança do Paraná.

Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. Tenho certeza que o seu pronunciamento fará eco em todos os órgãos competentes neste Estado para que se tomem as providências cabíveis e possíveis com relação à segurança do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado pelos apartes.

Era esse o relato que gostaria de fazer. Esperamos poder contar com a sensibilidade do Governo do Estado já que o governador se elegeu com o compromisso de campanha que seria, nos 90 primeiros dias, além de governador, Secretário de Segurança. Está expirando este prazo.

Tenho certeza que cada deputado em seu bairro, em sua região tem também uma experiência negativa do índice galopante.

Por isso exigimos um comando e pedimos aqui, colaborando com o governo Roberto Requião, através das nossas exposições que ele possa nomear urgentemente um secretário de segurança para quem possamos cobrar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ao ouvir o deputado Barbosa Neto se pronunciar em relação à questão da segurança pública, faço aqui uma reflexão.

Nós, de Londrina, vivemos de fato um problema que não é só de segurança. É uma questão da política que foi implementada nos últimos vinte anos da cidade de Londrina. Vivemos lá uma situação inversa de muitas cidades. Quando se calcula o índice de violência em Londrina, há de se considerar que, em função de uma política equivocada no município onde as indústrias ao longo de vinte anos foram expulsas da cidade, não houve nenhum programa de desenvolvimento voltado para a industrialização. Ao mesmo tempo em que prefeitos populistas,

esse mesmo que foi afastado em função do maior trauma que a cidade viveu de desvio de roubalheira, esse mesmo prefeito clamava por este Estado afora para lá residirem.

Londrina vive o inverso de Maringá. Em Maringá, a cidade dormitório é em Sarandi e Paissandu; Londrina é a cidade dormitório de Rolândia, de Cambé, e de Arapongas. Portanto, vive dentro de um mesmo município as condições de uma cidade de uma região metropolitana.

Por esses dias, nesse verdadeiro placar de morte que se faz lá em Londrina, divulgando, sucessivamente, os índices de homicídio, eu vi que na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, só no carnaval morreram 42 pessoas assassinadas. Portanto, analisar a questão da violência apenas pelo viés da repressão é analisá-la de forma equivocada.

Nós, deputado e líder do governo, Ângelo Vanhoni, precisamos, no Paraná, de um choque de democracia e de debate aberto sobre as causas e as origens da violência, para que a polícia não seja vista apenas como órgão repressor, mas esteja próxima, deputado Dobrandino, da comunidade. V. Exa. mesmo ouviu, como esse deputado e diversos outros, do governador com relação à questão do aumento e da solicitação constante do contingente de policiais.

Eu concordo com a tese, precisamos de mais policiais sim, mas melhores preparados, com maior inteligência, política científica capaz, corregedoria o mais independente possível e, acima de tudo, integrada com a vida da comunidade. O policial tem que ser visto como um parceiro da sociedade, não adianta pedirmos novamente o aumento de contingente policiais sucessivamente aumentados, enquanto não tivermos um debate razoável de uma segurança cidadã.

Então, faço uso da palavra, para dizer que a minha cidade tem sido vítima, de um processo longínquo de equívocos e equívocos, mas que na prática, nós paranaenses, juntos com o governador, juntos com os órgãos de Segurança Pública do Paraná e também do Brasil, porque há de se considerar que a Polícia Federal precisa cumprir a sua função apreendendo contingentes maiores da droga, que a violência do Paraná tem origem no crime organizado e no tráfico de drogas e a Polícia Federal é responsável. Por isso que nós todos, deputados, governo, deputados federais, todas as instituições do Paraná, temos que enfrentar a questão da violência de frente e não apenas pelo viés policial.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu solicitaria estar presente na Sessão de hoje, a Sandra, que é presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.

Solicitaria a esta Mesa, se for possível, que permitisse que fosse suspensa por cinco minutos a Sessão para que nós ouvíssemos a Sandra, uma vez que eles vem de uma longa greve e que agora essa greve foi encerrada, e gostaríamos de ouvi-la e as razões.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Diante da importância do tema, esta Presidência acata requerimento do deputado Tadeu Veneri e suspende a Sessão por cinco minutos.

(Está suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra ao deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhores deputados.

A minha preocupação, nesta discussão que ora está em questão na Assembleia Legislativa, com relação à segurança: Se nós fizermos uma pesquisa hoje na maioria dos municípios brasileiros, não apenas aqui no Paraná, estão expostos em qualquer pesquisa - segurança e o desemprego. E uma coisa está liga muito à outra.

Mas é claro que não é apenas um privilégio do Paraná; é na maioria do Brasil.

Mas o que faz vir a esta tribuna e eu concordo plenamente com os deputados, da preocupação que trazem aqui, o deputado Barbosa, de Londrina, o deputado André Vargas, enfim, todos aqueles que se preocupam. Dada a importância do tema, cabe a nós, parlamentares ajuda para buscar uma solução nessa área tão importante para a população que é da segurança pública do Paraná.

Mas eu gostaria de dizer, o que me traz aqui.

Eu converso quase que diariamente com o governador Requião, que pediu que no início, nos primeiros 90 dias ele responderia pela pasta da Segurança Pública e eu pergunto aos senhores deputados - será que apenas com a troca, com a nomeação do secretário de Segurança Pública no Estado, resolveria o problema?

O que vai, senhores deputados, no meu ponto de vista, resolver o problema, é, qual a política adotada pelo governo do Brasil e no Paraná. Nomear um secretário de Segurança, por exemplo, e o governo determinar qual a política que será adotada ou o apoio, a preocupação do governo na área de segurança, é claro que isto não vai resolver o problema, e estou com muita esperança que o governo que se instalou no Brasil vai também fazer mudanças na política de segurança no Brasil, e aqui no Paraná eu tenho certeza que o Requião ainda não nomeou o secretário, mas tem falado conosco constantemente e a nossa bancada, que está sempre reunida discutindo com o governo da sua preocupação de que política vai adotar para dar segurança ao Paraná. Vimos no governo passado, que um secretário de Segurança foi denunciado. Vimos há poucos dias, na minha cidade de Foz do Iguaçu, mais de vinte policiais serem presos. Precisamos de medidas rígidas, para fazer uma correção na política em todo o Estado.

O governador vai fazer isso - mudar a política, que rege a polícia no Paraná e no Brasil. É claro que o governador deve ter o nome em mente, para nomear o secretário.

rio de Segurança, logo em seguida, após os noventa dias que ele pediu. Tenho certeza, que ele escolherá um bom secretário de Segurança, que tenha o apoio do governo, para dar segurança ao povo do Paraná. Por exemplo, se o secretário de Segurança não pune os culpados que estão aí para dar segurança ao Paraná, que não faz justiça com aqueles que cometem crimes dentro das próprias corporações civil e militar - é preciso que se tenha política governamental, que dê condições de dar segurança ao povo do Paraná. Espero isso do governador.

Converso muito com o governador e há uma preocupação muito grande dele. Por exemplo, deputado Barbosa Neto, o mesmo problema que tem na cadeia de Londrina, que é uma penitenciária nova e não está sendo ocupada, na minha cidade de Foz do Iguaçu também tem uma penitenciária nova, que é um cadeião que está entupido com mais de seiscentos presos dentro, e foi construída para 250. E tem uma penitenciária nova, que está com a metade de sua capacidade. Em função da burocracia e da legislação, ela também foi terceirizada e não pode o governo passar os presos para aquela penitenciária. É preciso mudar a direção da política do Paraná e a política pública de segurança.

Há poucos dias o governador esteve em Foz do Iguaçu e solicitou do comandante da Polícia Militar de Foz do Iguaçu e do delegado de polícia, que fizessem um estudo e mandasse para cá, como subsídio, porque o governador quer uma nova política de segurança no Paraná. Tenho certeza que o Requião está preocupado com isso, ele é um governador responsável. Não tenho dúvida nenhuma, que a segurança vai mudar, se Deus quiser.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado José Maria Ferreira.

Concedo-lhe cinco minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiro, quero me reportar ao episódio de ontem publicado nos jornais, a respeito do general Lino Olviedo a esta Casa. Eu, quando me declarei, não contrário a ele vir a esta Casa, mas de usar esta tribuna, fiz o comentário, e aqui fica a questão colocada.

Quero fazer o registro da presença dos vereadores de Cambé, Erasmo Machado e do Amarildo Gomes, de Alvorada do Sul, que nos honram com suas presenças.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, trago a esta Casa uma proposta de lei, que espero ver aprovada por meus pares, que tem por fim e objeto disciplinar, criando obrigatoriamente dada a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nas operações de compra de crédito, sobre qualquer título e empréstimo, por parte dos órgãos da administração pública estadual, direta e indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente, pelo Estado do

Paraná, porque nós, neste últimos oito anos observamos quanto o erário público do Estado do Paraná foi dilapidado! Dilapidado pela omissão da sociedade, desta Casa e de todos nós!

Se hoje o deputado Barbosa Neto faz críticas e aponta a necessidade de se tomar uma decisão firme em relação ao sistema de Segurança de nosso Estado, ele tem razão. Londrina hoje tem uma situação difícil de ser enfrentada, porém não pode atribuir a este governo a responsabilidade.

Se o deputado Jocelito Canto faz aqui o alerta da questão da situação da penitenciária de Ponta Grossa, com certeza com a legitimidade que tem da representação daquela região, ele tem razão. Mas se não houvesse o superfaturamento, com certeza, Jocelito, nós teríamos aquela unidade prisional montada e equipada.

E é por esta razão, senhor presidente, que trago esta proposta de lei, porque nossa Constituição confere à Assembleia Legislativa o poder de fiscalizar as operações de crédito, de empréstimos efetuadas pela administração estadual, conforme o artigo 53.

Assim reza nossa proposta de projeto de lei e sua justificativa: (Lê):

“PROJETO DE LEI Nº 128/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As operações que envolvam compra de créditos sob qualquer título e empréstimos realizados pelos órgãos da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná devem ser submetidas à aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Assembleia Legislativa analisará a legalidade das operações de crédito e empréstimos, não se pronunciando sobre os critérios de oportunidade e conveniência dos contratos a serem firmados pela administração estadual.

Art. 3º - O pedido da aprovação da operação de crédito deve ser remetido à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acompanhado em forma de mensagem do Executivo.

Art. 4º - A Assembleia Legislativa terá até 30 (trinta) dias para analisar a mensagem de aprovação da operação de crédito contados da data do seu recebimento pela Mesa.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Diante das inúmeras denúncias de mau uso do dinheiro público que trouxeram graves prejuízos às finan-

ças do Estado, cabe a esta Assembléia Legislativa, diante da competência conferida pela Constituição Estadual, exercer de forma mais próxima e efetiva a fiscalização do uso do dinheiro público, protegendo os interesses dos cidadãos paranaenses.

A nossa constituição confere à Assembléia Legislativa o poder de fiscalizar as operações de crédito e empréstimos efetuados pela Administração Estadual, conforme dispõem os seguintes artigos:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

IV - dívida pública, abertura e operações de crédito;”

“Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXXIV - autorizar operações de natureza financeira externa ou interna;”

“Art. 74 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta ou indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo Único - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

“Art. 78 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.”

Pelo exposto, levamos a matéria à apreciação dos nobres pares.”

Este, senhor presidente, é um projeto que esperamos ter, com certeza o acolhimento dos deputados no seu aperfeiçoamento para que nós não apenas mostremos os erros do passado, mas sobretudo permita a esta Casa estancar aquilo que, no futuro, poderá ser outro mote de corrupção e malversação dos recursos públicos.

É desta forma, senhor presidente, que queremos deixar nossa contribuição no sentido que o Estado do Paraná não se veja mais às voltas com os problemas de Segurança, de Saúde. A questão de Saúde é violenta! A dengue, na região Norte do Estado, grassa como fogo em capim! Isso mostra que faltaram investimentos.

Recentemente o Ministério da Saúde trouxe e o Paraná é o segundo Estado que menos investiu em Saúde. Investiu apenas 3.7 das suas receitas correntes, só perdendo para o Estado do Piauí. E aí estão as consequên-

cias da grave crise e das UTIs, da grave crise das endemias que já não eram mais para se manifestar no meio da sociedade paranaense!

Agradeço sua gentileza e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente e senhores deputados.

Gostaria de dirigir-me ao deputado Vanhoni. Tenho uma admiração muito forte pelo senhor, deputado Vanhoni. Acho que o senhor é um dos grandes parlamentares deste país, mas tenho que lhe corrigir.

Em momento algum me expressei contra agentes penitenciários aqui presentes. Em momento nenhum disse que o governo deveria contratar pessoas eternamente. Apenas dei uma idéia, porque existe uma preocupação muito grande nossa em Ponta Grossa.

Não sei se vou ter tempo, porque estou esperando chegar um fax de Ponta Grossa, que mostra nesta semana, que até a imprensa de Ponta Grossa está fazendo chacotas conosco, deputados, e com o próprio governador Roberto Requião em relação à penitenciária de Ponta Grossa.

Então, quero deixar bem claro aqui o meu pronunciamento: acho e não concordo com a idéia de, por exemplo, se pagar o preço que V. Exa. falou. Acho que o governo é correto em cancelar o que estava exagerado. E quando fiz o meu pronunciamento, deixei claro que não podemos deixar para amanhã o que pode ser resolvido hoje. Tenho certeza que o nosso governador, embutido na função de secretário de Estado, por isso tem mais força, tem condições técnicas e legais de contratar uma empresa por um período. Não superfaturada, não tirando o leite das crianças, deputado Vanhoni, mas principalmente que essa empresa venha resolver o problema nosso, que é hoje, como disse o deputado Plauto, uma grande dificuldade neste momento.

Lá em Ponta Grossa, há alguns anos atrás, acompanhei o enterro de um sargento, do qual dei o nome a um ginásio de esportes posteriormente. O sargento morreu numa rebelião no cadeia de Santa Maria. Um sargento do nosso Paraná, de família, de respeito, com filhos, morreu. Aquela cadeia não suporta mais os números de presos que tem hoje.

Então o alerta que faço de volta, e quero mais uma vez dizer aos agentes penitenciários aqui presentes, que o deputado Jocelito nada tem contra os mesmos. Acho que devem ser valorizados, mas entendo que neste momento o governo não pode esperar fazer concurso público. Isso vai demorar demais! Isso vai requerer um treinamento, e não podemos colocar pessoas lá que não estejam treinadas.

A minha sugestão é que o governador contrate por um período estabelecido. Ou até mesmo como disse o deputado Ailton, que o governador determine que os atuais agentes sejam levados para esse novo presídio que é mais moderno e com menos dificuldades.

Então, deputado Vanhoni, o que queremos é que nós, deputados que representamos todos os companheiros aqui, não podemos passar pelo que estamos passando. O povo não entende. Vê ali no Santa Maria no começo do bairro, vê um número de presos anunciando a cada instante que uma rebelião vai acontecer. E já tivemos três ou quatro rebeliões no ano que passou.

Então, mais uma vez reitero aqui a minha sugestão, pedindo ao nosso governador, que está investido no cargo de secretário de Estado, que possa tomar providências emergenciais. Estamos falando de um presídio que está parado, bonito, moderno, que foi dinheiro público colocado lá! Nossa preocupação é essa, porque, se amanhã tiver uma rebelião e morrer alguém, alguém vai me ligar lá na rádio e dizer: “o que você fez, Jocelito, como deputado?”. Ninguém entende por que uma cadeia que se gastou tanto, que é moderna, que é bonita, está parada! Ninguém entende! Lá em Ponta Grossa, ninguém entende! E aí acho que é o erro neste momento. Acredito que o governador Roberto Requião possa contratar pessoas por um período de dois, três meses. É um começo para se fazer concurso. Acho que deve ser feito o concurso para valorizar até as pessoas que estão trabalhando nessa área. Sou a favor que realmente seja feito o concurso e não terceirização. Mas, neste momento e até amanhã, podemos ter uma rebelião, com gente morta, e aí quero perguntar aos senhores: de quem que vão cobrar? De mim, dos senhores e do próprio governador Roberto Requião!

Então é uma sugestão que estou fazendo aqui.
Com aparte, o deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Vou repetir aqui, para ficar registrado nas notas taquigráficas. Um barril de pólvora está montado dentro do Presídio Hildebrando de Souza, senhor presidente e senhores deputados, com o dobro da capacidade. Temos 120 vagas no Hildebrando, e tem lá 240 presos cumprindo suas penas e esperando o julgamento. A menos de 1500 metros, um presídio industrial zero quilômetro, com 450 vagas, onde foi investido mais de 12 milhões de reais, aguardando para entrar em funcionamento! A idéia que o deputado Jocelito Canto aqui traz é uma boa idéia. A idéia de, enquanto o concurso público não sai, para poder contratar aqueles que irão trabalhar no presídio, que se faça um contrato emergencial, com preços certos e corretos, com preços daqueles que são contratados para que tenhamos, desta forma, o presídio industrial que lá na cidade de Ponta Grossa foi construído, podendo ser utilizado e, ao mesmo tempo, desafogando a cadeia Hildebrando de Souza. São 450 vagas que estão lá prontas, 120 presos lá no cadeia já estão condenados, já foram julgados e estão prontos para ingressarem na penitenciária, porque lá é o lugar deles cumprirem suas penas.

Apóio seu discurso, deputado Jocelito Canto, e espero um resultado mais rápido possível por parte do governo do Estado do Paraná, para que possamos desta

forma resolver o problema de segurança pública no município de Ponta Grossa, e em especial, a superlotação do cadeia Hildebrando de Souza daquele município.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado Plauto, pela sua participação e o senhor teve participação decisiva na construção desse moderno presídio. A gente agradece. Até gostaria de ler um fax:

(Lê):

“Continua incumbida a possibilidade da ativação do presídio industrial de Ponta Grossa que, no governo passado, consumiu mais de dez milhões de reais, isso sem contar com o terreno que foi doado pelo município. Bem que o ‘xerife’ do Conselho Comunitário de Segurança, Perci Pedroso, tem terçado armas para abrir o presídio. Mas, ao que parece, está duelando com moinhos de vento.

Em um momento como este, quando se sabe que o velho cadeia está superlotado, vale até mesmo fazer um exercício de elocubração e navegar pelas ondas do surrealismo. É o tal do rir para não chorar!

Há um raciocínio interessante exercitado pelo experiente repórter policial, Nelson Ribeiro da Silva, o mais premiado profissional do setor, e que também tem uma veia irônica digna de registro. Acompanhemos o que pensa ‘Chocolate’.

Beira-Mar em Ponta Grossa! E por que não? Já que o Presídio Industrial está vazio, por que não transferir o Fernandinho Beira-Mar para cá?

Com suas paredes indevassáveis, cercadas de câmeras de monitoramento, o presídio local oferece mais segurança do que qualquer outro fora do Estado. Deixa no chinelo Bangu I e o presídio de Presidente Bernardes, em São Paulo.

Imaginem a repercussão que isso teria. Toda imprensa estaria mostrando a cidade de Ponta Grossa, em circuito nacional, afinal que cidade é essa que recebe o mais famoso delinquente do Brasil?

E os policiais, então?

Fernandinho chegaria no Volvo conversível do Samara, ambos com aquele chapelão... antes uma paradinha em um dos pontos de café da Rua XV de Novembro.

Requião não faria objeção. É a chance que o governo teria de, finalmente, justificar os mais de 10 milhões de reais ali investidos.

O deputado Plauto, esse sim, estaria na estrada do presídio para uma saudação a Fernandinho Beira-Mar. Que mídia, hein?

Até o prefeito não perderia a chance de tirar uma casquinha: “o terreno fui eu que dei, Fernandinho...”. Dizem que eu daria o convite para a Garagem da Esperança para falar das coisas do Rio de Janeiro. E assim vai... Bradock também estaria lá, com aquele seu tradicional uniforme, mandando o seu recado: ‘se fugir eu te pego, aqui não é o Rio...’.

E o professor Furstenberg: 'Não se preocupe, ninguém vai te maltratar. Aqui a Pastoral Carcerária funciona...'

O Dr. Setembrino colocaria o Instituto de Cidadania à disposição. O Dr. Jorge Demiate da Paranatur, dizia que isso vai melhorar o turismo de Vila Velha.

Fala aqui também do deputado Bradock - cita aqui que o deputado Bradock diria - 'se fugir te pego', e assim vai...

É isso, senhores, que estamos vivendo em Ponta Grossa. Então, pediria ao deputado Vanhoni, com todo respeito que tenho ao nosso governador: não vamos resolver o problema do cadeião de Ponta Grossa, para que a gente não entre em atrito aqui depois, amanhã ou depois, que o governador dê uma pensada nisso.

Acho que ele tem condições de fazer isso. É o pedido que quero fazer. Quero dizer mais uma vez que não tenho nada contra os agentes penitenciários, torço que dê tudo certo com eles e que o governador faça o que for melhor. Tenho certeza que se o nosso governador Roberto Requião for fazer a terceirização, for contratar uma empresa por três meses, deputado Vanhoni, que ele jamais vai comprometer o leite das crianças porque ele é justo, porque ele é honesto, e porque ele é um governador que quer ver as coisas acontecerem no Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin, no Grande Expediente, primeiro orador inscrito.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados, tivemos a primeira reunião da CPI do Banestado.

Eu assumi o compromisso com os nossos integrantes, de tornar públicas as sessões que vão ocorrer na medida do possível, os documentos, aquilo que foi deliberado na Comissão.

Hoje foi deliberado sobre alguns assuntos: são 39 itens - A minuta de discussão de deliberação para fornecimento de documentação à CPI do Banestado.

(Lê):

“MINUTA DE DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO À CPI DO BANESTADO

O deputado estadual Neivo Beraldin expõe para discussão e deliberação, perante os demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito- CPI, o requerimento de documentos e informações abaixo relacionadas, para pautarem os trabalhos iniciais desta Comissão.

DOCUMENTOS

1 - Balanço Geral, demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas das administrações, bem como parecer dos auditores externos, no período de 1995 a 2000 de todas as empresas que constaram como parte

integrante do conglomerado Banestado no Edital da venda, sendo:

- . Banco do Estado do Paraná S/A - Banestado;
- . Banestado Leasing S/A - Arrendamento Mercantil;
- . Banestado S/A Participações, Administração e Serviços;
- . Banestado S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários;
- . Banestado Corretora de Mercadorias Ltda;
- . Banestado Administradora de Cartões de Crédito Ltda;
- . Associação Banestado - ASBAN S/A Participações;
- . Companhia de Seguros Gralha Azul;
- . Gralha Azul - Serviços de Saúde S/C Ltda;
- . Capitaliza - Empresa de Capitalização SA;
- . Paraná CIA de Seguros;
- . Banestado Clube S/C;
- . Banco Del Paraná S/A.

2 - Processos de ativos incorporados pelo Estado do Paraná, no valor de R\$1.500.779.231,41 (um bilhão, quinhentos milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos), bem como respectivos processos de avaliação de tais bens, discriminados por unidade.

3 - Históricos das movimentações de Títulos Públicos encampados ao Estado para saneamento do Banestado, no valor de R\$428.153.431,13 (quatrocentos e vinte e oito milhões, cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e treze centavos), constando de:

- . Data da aquisição pelo Banestado Corretora, compra ou recompra e venda ao Banestado, e da encampação pelo Estado;
- . Discriminar o valor de cada título em cada uma das transações.

4 - Fornecer também, de forma discriminada, as letras do Tesouro do Município de Osasco/SP - LTMOSMA, no valor de R\$4.968 milhões, de curto prazo, levadas à previsão de perda em 1998.

5 - Critérios utilizados para embasar a aquisição pelo Banestado, junto a Banestado Corretora de Títulos Públicos, pelo valor de face.

6 - Relação de todos os diretores do Banestado e das empresas do Conglomerado Banestado, no período de 1995 a 2000, incluindo gerente(s) da Agência Banestado de Nova Iorque.

7 - Edital da venda do Banestado.

8 - Toda a documentação relativa ao processo que ensejou o pagamento, pelo Banestado, de multa imposta pelas autoridades monetárias norte-americanas, no valor de US\$75 mil, relativamente à remessa de dinheiro via contas CC-5.

9 - Balanços e balancetes das agências de Nova Iorque e Grand Cayman, do Banestado, relativos ao período de 1995 a 2000.

10 - Processo de estudo de viabilidade das Agências de Nova Iorque e de Grand Cayman, do Banestado.

11 - Ato constitutivo da Agência de Fomento do Banestado, bem como o comprovante de liberação de R\$ 100 milhões para formação da referida carteira.

12 - Relação de todos os devedores da Carteira Imobiliária do Banestado no ano de 2000.

13 - Prestações de contas do Banestado, bem como das empresas que fazem parte de seu conglomerado, com parecer do Tribunal de Contas dos exercícios de 1995 a 2000.

14 - Processos de auditorias especiais, concluídas ou em andamento, referente ao Banestado e seu conglomerado no período de 1995 a 2000, realizados pelo Tribunal de Contas.

15 - Contrato do Banestado com o Banco Central do Brasil- Bacen, que inclui entre suas cláusulas, o período de encerramento do exercício das atividades de suas agências no exterior.

16 - O histórico do acervo artístico, incluindo a discriminação das obras de arte que o Banco possuía antes da alienação, e após a venda do Banestado doadas pelo Banco Itaú ao Governo.

17 - Cópia do(s) contrato (s) de financiamento (empréstimo) no total de R\$5 bilhões e 100 milhões para o saneamento do Banestado, junto à União.

18 - Cópia do Procedimento Licitatório dos consórcios liderados pelo Banco CCF Brasil e pelo Banco Fator, para preparar o Banestado para venda, divulgado em 11 de novembro de 1999, para modelagem e venda do Banco do Estado do Paraná, incluindo a atividade de participação do Banco.

19 - Informar valor e data do recebimento pelo Fundo de Pensão do Banestado (Funbep) do empréstimo do Banco do Estado do Paraná, junto ao referido Fundo, quando do saneamento.

20 - Contratos de leasing, firmados pela (s) agência (s) sediada (s) no Paraná a empresas com sede no Estado de Sergipe.

21. Informar em quais agências ocorreram reformas ou modificações em geral a partir da data da avaliação do Banestado, bem como os valores gastos em cada uma, acompanhados dos processos licitatórios respectivos.

22 - Contratos ou outras formas de realização de gastos com sistema de Segurança de 1998 a 2000.

23 - Contratos de empréstimos para créditos imobiliários do Banestado, a pessoas jurídicas, no período de 1998 a 2000.

24 - Informar todos os pagamentos de contratos a pessoas jurídicas entre 1998 e 2000, discriminando nome da empresa, data e valor do pagamento.

25. Processo de avaliação do Banestado, contendo os critérios utilizados para precificação do Banco e das empresas controladas e coligadas.

26. Contratos de prestação de serviços ao Banestado junto ao Centro de Educação Avançada, no período de 1995 a 2000.

27. Parecer jurídico nº 029/98, bem como o total do dispêndio referente à contraprestação de serviços de infra-estrutura, para a realização de 18 (dezoito) seminários, realizados em 1998, incluindo despesas de hospedagem e alimentação.

28. Fornecimento de todos os contratos e termos aditivos, firmados entre o Banestado e a empresa Computer Associates do Brasil Ltda, para aquisição, licença de uso e manutenção de software.

29. Fornecer todos os contratos de prestação de serviços na área da informática entre Banestado e a empresa Sofhar Informática e Eletrônica Ltda, no período de 1995 a 2000.

30. Fornecer relação de todas as despesas com publicidade e propaganda efetuadas pelo Banestado de 1995 a 2000, explicitando o veículo e os favorecidos.

31. Movimentação da conta do Fundo do Desenvolvimento Estadual- FDE, de 1995 a 2000, bem como as prestações de contas do FDE do mesmo período, analisadas pelo Tribunal de Contas.

32. Comprovação da transferência ao Banestado dos valores do empréstimo para o saneamento, em seus diversos momentos, desde sua origem até a finalidade.

33. Estatuto do Banco do Estado do Paraná S/A e respectivas alterações sofridas no período de 1995 a 2000, bem como dos estatutos das empresas controladas e coligadas, e alterações sofridas no mesmo período.

34. Estudos iniciados em 1998 sobre a redefinição estratégica e geográfica das unidades sediadas no exterior, bem como sobre os impactos que as referidas medidas trariam ao patrimônio e aos resultados da instituição Banestado.

35. Relação dos acionistas e quantidade de ações nos exercícios de 1998 e 1999 das empresas:

. Capitaliza Empresa de Capitalização S/A;

. Associação Banestado - Asban S/A - Participações.

. Banco Del Paraná S/A - Paraguai

36. Sócios cotistas, e nº de cotas cada um, contrato social e respectivas alterações de empresa Galha Azul Serviços de Saúde S/C Ltda.

37. Atos constitutivos das empresas:

. Companhia de Seguros Galha Azul;

. Galha Azul Serviços de Saúde Ltda;

. Paraná Cia de Seguros.

38. Requisição de cópia de todos os processos judiciais que envolvem Banestado Leasing, especificamente o que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, e outras duas ações criminais.

39. Requisição de cópia do processo de ação popular nº 1.072/2000, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, bem como Agravo de Instrumento 100.070-4, e respectivos recursos ulteriores caso tenham sido interpostos, Mandado de Segurança 99721-1.

REQUISITAR

Para a formação de uma equipe multidisciplinar, requisitar três técnicos do Tribunal de Contas, e três técnicos da Secretaria da Fazenda Estadual, para que atendam às recomendações e solicitações da CPI.

CONVOCAÇÕES

Convocar para prestar esclarecimentos à CPI do Banestado:

- Todos do diretores presidentes do Banestado S.A., de 1995 a 2000.

- Gerente da Agência do Banestado de Nova Iorque, Ércio Santos.

- Gerente de Informática e responsável técnico pelo desenvolvimento do programa de computador denominado FTCNY ("Found Transfer Control/New York").

- Cyro Jackson Sandrini - diretor da Banestado Leasing.

- Paulo da Rocha Krieger - diretor administrativo do Banestado e membro do Comitê de Crédito.

- Luiz Antônio de Lima - diretor de Operações da Banestado Leasing.

- Arlei Mário Pinto de Lara - Banestado Leasing.

- Marçal Ussui Sobrinho - gerente de Auditoria do Banestado.

- Gabriel Nunes Pires Neto - diretor de Câmbio e Crédito do Banco.

- Daniel Passos - técnico do Dieese e Sindicato dos Bancários.

- Alaor Alvim Pereira - diretor de Câmbio e Operações Especiais e diretor financeiro.

- Técnicos do Banco Central de Curitiba que trabalharam conjuntamente no processo de saneamento do Banestado.

- Georg Ernest Wieler - gerente de Divisão de Contabilidade (responsável pelo balanço).

- José Evangelista de Souza - vice-presidente do Banestado (contratado para comandar o processo de saneamento)

- Gilson Girardi - responsável pela assinatura da cláusula de estipulação e consenso (multa de US\$75 mil).

- Valter José Benelli - gerente de Auditoria do Banestado.

- Sérgio Druszc - diretor Banestado Corretora.

- Luiz Sérgio Molinari - Banestado Corretora.

- Canuto José Custódio Neto - assessor da Diretoria Financeira e chefe da Controladoria.

- Kenji Iwamoto - chefe da Divisão de Contabilidade.

- Nilton Hirt Mariano - gerente da Divisão de Operações especiais.

- Arnaldo Afonso de Oliveira Pinto - chefe do Departamento Jurídico do Banestado.

- Domingos Matias da Silva - gerente de Auditoria do Banestado.

- Eliodi Werneck de Andrade - assessor da vice-presidência do Banestado e contabilista.

- Oswaldo Rodrigues Batata - diretor da Banestado Leasing.

- Elio Poletto Panato - diretor da área de fomento do Banestado.

- Mario Fernandes Correia Vargas - membro do conselho de administração da Banestado Leasing.

CONVITES

Convidar para auxiliar os trabalhos da CPI, tendo em vista que já têm atuado neste sentido, os investigadores da Polícia Federal e delegado responsável pela investigação das contas CC-5, acompanhados do Laudo Pericial realizado sobre as contas da Agência do Banestado de Nova Iorque.

Também se convidam membros do Ministério Público Estadual para acompanharem o levantamento das possíveis irregularidades, para que sejam tomadas providências imediatas civil e criminalmente.

Também cabe o convite a todas as entidades civis representativas e organizadas, para que acompanhem os procedimentos da CPI e a auxiliem no que for possível.

OBS: Ressalte-se que a sequência da documentação, convocações e convites a serem solicitados terão sua ordem relacionada com a conveniência dos trabalhos desta CPI.

Curitiba, 19 de março de 2003.

(a) NEIVO BERALDIN
Presidente"

Solicito ao presidente da Mesa para que dê como lido esse pronunciamento. Evidentemente a partir dali, todos os deputados poderão tomar conhecimento da deliberação da CPI do Banestado.

Senhor presidente e senhores deputados. Julgo das mais importantes a CPI do Banestado, porque, se há um prejuízo constatado, há alguém que se beneficiou do prejuízo. Se algumas convocações poderão trazer constrangimento a alguns, constrangidos estão aqueles que não têm segurança pública, não têm acesso a transporte, à saúde, à educação, por conta de uma dívida que o Estado assumiu e que está pagando uma prestação mensalmente.

Não podem os excluídos da sociedade aceitar a situação de miséria, enquanto um Banco público se entende com o Banco Central, assina um convênio, estabelece normas que o povo do Paraná iria pagar a conta. Em curto período se produziu um prejuízo de mais de 4 bilhões de reais.

Senhoras e senhores deputados, o Parlamento do Paraná está com a palavra. Eu vi, assisti na televisão, nos jornais, o ex-presidente a dias atrás dizendo: Eu já encaminhei o assunto do Banestado Leasing, ao Ministério Público, há 7 anos atrás. Pois bem. A CPI quer saber aonde está esse processo.

Agora, é estranho, quando a Assembléia Legislativa cria uma CPI, imediatamente o Banco Central torna público um processo que revela a quadrilha do Banes-

tado. Processo - segundo a Folha de Londrina - 22 mil folhas.

O que se vende, é que a CPI não dá em nada. A CPI dá em tudo!

Sabem por quê? Porque ela tem esse poder de transparência! Porque ela tem esse poder de convidar a sociedade organizada, a Associação Comercial e Industrial, a OAB do Paraná, para que participe conosco, oferecendo inclusive técnicos que nos ajudem a manusear documentos. A partir daí a CPI já está dando resultado. Este é o grande momento.

Por isso, temos que valorizar o instrumento que temos que é o nosso Regimento Interno, a nossa Constituição do Estado. E, sempre amparados nesses instrumentos, estamos a atuar neste Parlamento.

Não se constanjam se este ou aquele for convidado para depor ou para colaborar com a CPI do Banestado. Ninguém está indiciado; estão convocados a colaborar. Teremos um crédito e não vamos fugir dele, sempre amparado com documentos, e vamos exigir que o Banestado, que o Itaú, que a Secretaria da Fazenda ou a Carteira de Fomento, quem quer que seja que receba o requerimento da CPI, por favor, atenda! Atenda porque estamos a serviço da sociedade paranaense. A serviço dos nossos filhos, netos. Não podemos aceitar que bilhões fiquem nas costas do povo trabalhador! Enquanto o povo trabalhador não recebe incentivo, alguns poucos, em poucas horas, possam se entender.

Como podemos acreditar que o Banco valia 40 milhões de reais, se só de ações da Copel o Banco possuía mais de 500 milhões de reais? Por que é que se formaram as agências no período em que o Banco já estava para ser privatizado? Por que houve investimento nas pequenas empresas? Por que o Banestado deu força para as pequenas empresas deficitárias, para depois entregar ao Banco Itaú com festa, que houve um super negócio, que o governo vendeu o banco magnificamente bem, sendo que emprestou 5 bilhões e seiscentos? Saneou o Banco e depois vendeu! Deu! Será que é justo que o povo não se sinta representado pelo Poder Legislativo, que é o poder legítimo e é o primeiro poder dos três?

Julgo de fundamental importância esta CPI do Banestado, como julgo de fundamental importância todas as CPI's. A dos Jogos Mundiais apelidada e conhecida aqui como a CPI dos Jogos Mundiais da Safadeza, porque o Tribunal de Contas apresentou um relatório, o deputado Dobrandino que é o presidente da CPI dos Jogos, deve se basear nesse relatório, os técnicos do Tribunal de Contas têm que estar à disposição dos deputados estaduais do Paraná e com rigor tratar esta questão dos Jogos Mundiais da Natureza.

Então, senhor presidente, eu quero, ao tornar público nesta Sessão de hoje, dizer do entusiasmo e da alegria que tive de ver os 11 deputados comparecendo na Comissão! É um verdadeiro time! Esse time tem que jogar de forma harmônica! Esse time tem que ser coeso!

Esse time que representa 450 mil votos do Paraná, tem que mostrar um serviço brilhante!

O Sr. José Maria Ferreira

Concede um aparte, senhor deputado?

(Assentimento).

Deputado Neivo Beraldin.

A partir do momento em que a Assembléia resolveu dar esta incumbência a V. Exa. como presidente, ao relator e a toda Comissão Parlamentar de Inquérito com relação ao Banestado, nós tínhamos consciência absoluta de que V. Exa. faria um grande trabalho, porque demonstrou seriedade nas críticas que fez aos quatro anos anteriores, organização e conhecimento do assunto que sempre levou a essa tribuna.

Tenho informações de que, realmente, a primeira Sessão foi uma Sessão extremamente competente, organizada, e já com objetivos.

Esperamos que - inclusive eu que presido uma, tenha a mesma sorte que V. Exa. teve ou a mesma aplicação que V. Exa. tem, para que tenhamos condições de não produzir ao final um relatório pífio, mas um relatório que mostre ao poder, a capacidade e sobretudo, o empenho desta Assembléia Legislativa em elucidar os grandes problemas que hoje se impõem ao Governo, ao nosso Estado e à nossa gente.

Falta segurança porque antes faltavam recursos, e os recursos, com certeza, foram desviados para outras finalidades que não aquelas do interesse público. Se faltam medicamentos, com certeza faltam porque houve a má aplicação dos recursos públicos e se faltam os recursos para fazer o desenvolvimento do nosso estado, é porque faltou o espírito público e que este espírito público, com certeza, haverá de ser responsabilizado na sua CPI.

Espero que Deus ilumine e que possa resgatar parcela do nosso parlamento com os trabalhos que haverá de realizar.

Parabéns e sucesso!

O SR. NEIVO BERARDIN

Obrigado, deputado José Maria Ferreira! Vindo de V. Exa. muito nos orgulha, sabedores de que V. Exa. exerce um mandato competente aqui nesta Casa e eu quero dividir com a nossa assessoria de gabinete este trabalho, pois, evidentemente, o deputado só consegue realizar um bom trabalho, quando tem uma boa equipe.

O Sr. Marcos Isfer

Concede um aparte, nobre deputado?

(Assentimento)

Eu agradeço o aparte e faço de algumas palavras do nosso grande deputado José Maria as minhas, e também em parabenizá-lo pela instalação, pela forma como já começa a trabalhar a CPI do Banestado.

Demonstra que, efetivamente, iremos chegar a fatos concretos, iremos chegar àqueles fatos que a população do Paraná há muito nos cobra, quer saber, e que por

muitas vezes não tivemos condições de investigar, de dar resposta.

Da mesma forma, quero convidar a todos os deputados presentes nesta Casa, que, tão logo se encerre esta Sessão Ordinária da data de hoje, nós estaremos realizando a primeira reunião da CPI da Copel na sala das Comissões, onde devemos iniciar os nossos trabalhos, já secretariados por servidores da Casa. Quero agradecer à presidência da Casa que já nos colocou servidores à disposição para podermos começar a trabalhar e para que possamos, neste momento, traçar a linha mestra de atuação dos deputados que fazem parte desta CPI.

Está de parabéns V. Exa., e nós queremos que da mesma forma como V. Exa. deve chegar a resultados no Banestado, que possamos chegar às respostas com relação ao desmonte da Copel e por que desta forma ocorreu e também de tantos contratos que vêm prejudicando a população paranaense e que hoje fazem falta, como bem foi dito aqui, os serviços básicos e vitais, como segurança, saúde e educação.

Tenho certeza que com muito desse dinheiro que foi desperdiçado o Estado poderia hoje bem utilizá-lo. Parabéns a V. Exa.!

O SR. NEIVO BERARDIN

Obrigado, deputado Marcos Isfer. Desejo sucesso também a V. Exa., que preside a Comissão da Copel.

O Sr. Nereu Moura

Concede um aparte, deputado Neivo Beraldin?
(Assentimento)

Deputado Neivo, há longos anos conheço V. Exa. nesta Casa, um deputado preparado, profundo conhecedor dos problemas a que se dispõe discutir.

Quero parabenizá-lo e à CPI do Banestado. V. Exa. foi hoje na 1ª Secretaria e mostrou o documento que foi aprovado na CPI.

De cara, deputado Neivo Beraldin, eu pensei: “Esta CPI vai ajudar a resgatar a credibilidade da Assembléia Legislativa”.

É uma CPI que não vai virar em “pizza”, pelo trabalho, pela seriedade, pela dedicação de V. Exa. e com certeza da relatora, deputada Elza Correia, dos demais membros da CPI.

De forma que quero parabenizá-lo.

O caminho está correto, o caminho é sério e doa a quem doer! Se tiver que doer nas costas de um companheiro nosso, pois que doa nas costas dele! O trabalho tem que ser sério e isto vai ajudar a resgatar a credibilidade nossa, deputado Neivo Beraldin, que na verdade, as CPI's nesta Casa estão desgastadas porque foram oito anos com CPI's laranjas aqui, que não funcionaram, com exceção da CPI dos Alimentos, que foi presidida pelo deputado Orlando Pessuti.

Então, nós temos o dever e a obrigação de fazer trabalho sério. E o início da CPI do Banestado é uma demonstração que o trabalho vai ser sério, vai ser com

resultado e vai resgatar a credibilidade nossa perante a opinião pública e vai ser o engrandecimento do Poder Legislativo.

Parabéns a todos os componentes da CPI do Banestado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Recebo o aparte de V. Exa., deputado Nereu Moura, com muita satisfação porque sabe do nosso empenho de acertar, da nossa vontade de realizarmos um trabalho que seja primeiramente reconhecido pelos colegas, porque é aqui dentro que vamos crescendo em quanto conhecimento, em quanta força política, em quanta consciência popular. É aqui dentro que temos lições, eu que estou aqui pelo quinto mandato, vi hoje o deputado Bradock, o deputado Dobrandino lá, sem serem membros efetivos da comissão, mas lá entusiasmados para assistir a Sessão, lá recebendo uma cópia pública para conhecimento.

Então, acho que a Assembléia Legislativa tem que fazer a sua parte.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Neivo, até porque os deputados que não são membros da CPI, têm direito a participar. O que eles não podem é votar, mas têm direito inclusive à voz.

O SR. NEIVO BERARDIN

Por isso mesmo! Com certeza têm direito, nos alegra ver o entusiasmo, e eu dizia que cada um tem que fazer a sua parte.

Não adianta ficarmos aqui debitando responsabilidades sobre segurança, se há investimento para a segurança, se nós não colocarmos no orçamento o devido recurso para a segurança, se nós não fiscalizarmos a aplicação do orçamento, se foi ou não para a segurança. Não adianta ficarmos aqui a reclamar da segurança se assistimos calados o governo gastar milhões e milhões com alugéis de carros aonde poderia ter comprado os veículos e ter sobrado dinheiro. Cabe a nós, do Parlamento, fiscalizar o Poder Executivo e, fiscalizar o Poder Executivo é aprovar o orçamento e fiscalizar a sua aplicação.

Com certeza, o mundo está mudando. A mídia traz a notícia de todo lado e a globalização nos leva à grande reflexão. O crescimento interior de cada um está colocado na nossa frente.

Ou fazemos bem feito o que nos propusermos a fazer ou então seremos banidos daquela função.

Isso cabe ao carpinteiro, ao pedreiro ou ao advogado, ao médico e ao legislador. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Queremos registrar a presença das seguintes autoridades: vereador de Paranaguá, senhor Rudolf Rud. Registramos também, a pedido do deputado Padre Paulo Campos, a presença do vice-prefeito de Sarandi, Claudio-nei Vitorioni.

A pedido do deputado Duílio Genari, a presença do prefeito de Nova Aurora, Delmo Rau Passone e também do presidente da Câmara Municipal de Nova Aurora, o vereador Wilson Ferreira da Silva e dos vereadores Rogério Petronílio e Emanuel Evaristo da Silva, bem como também o secretário municipal de Nova Aurora, Reinaldo Ferreira.

Agradecemos a presença dessas autoridades!

Horário destinado às Lideranças dos Partidos.

Concedo a palavra ao deputado Leite, que fará uso do Horário da Liderança do PPS, por cinco minutos.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente e nobres companheiros deputados: depois de ouvir aqui atentamente o nosso companheiro Neivo Beraldin e, fazendo parte também da Comissão Parlamentar de Investigação que vai investigar os acontecimentos do Banestado, fico bastante satisfeito da forma que foram iniciados os trabalhos a partir da sua instalação pela parte da manhã. E também fico tranquilo com o perfil de como iremos trabalhar, porque na verdade quando se faz uma investigação, acaba-se chegando a pessoas, e muitas delas, às vezes, são de forma injusta condenadas, de forma antecipada.

Tenho certeza e quero crer que nossa Comissão vai trabalhar de forma bastante honesta, de forma bastante moderada, ou seja, porque estamos aqui para levantar os acontecimentos e não para julgar ninguém. Nisso aí iremos fazer o melhor trabalho em prol da população do Paraná, esclarecer da melhor maneira possível, mas sem de forma alguma enxovalhar ou prejudicar a imagem ou a moral de quem quer que seja, até porque não é essa a nossa finalidade, que é sim, informar a todos os paranaenses os desmandos, caso existiram, no Banestado. Então, é por isso que fico bastante tranquilo em poder participar dos trabalhos desta Comissão. E também desejo, não só a nossa Comissão, mas que todas as outras também atinjam os objetivos propostos a partir das suas instalações.

Quero também, através desta Liderança ratificar o apelo que foi feito ao governo do Estado na última segunda-feira para que, de maneira mais rápida possível, sejam sanados os problemas da malha viária de Paranaguá, na malha viária de acesso ao Porto de Paranaguá, porque não é possível que uma cidade do porte de Paranaguá que tanto ajuda a economia paranaense, tanto ajuda ao povo do Paraná, servindo de todas as formas, fique abandonada daquele jeito pelas autoridades que dirigem o nosso Estado e que dirigem até mesmo a nossa cidade de Paranaguá. Então, não é mais possível que a nossa população continue convivendo com desmandos daquele tipo.

Então, quero reafirmar aqui o apelo ao governo Roberto Requião, através da Secretaria dos Transportes, que providencie de maneira emergencial uma reforma naqueles pavimentos, porque a população já não agüenta mais, os motoristas da cidade já não agüentam mais gas-

tar o seu pobre dinheirinho que ganham através do seu trabalho em oficinas, em lojas de amortecedores a fim de arrumar os seus veículos, os seus caminhões que na maioria das vezes são os veículos que eles usam para poder levar o pão de cada dia para casa. Então, dessa forma ratifico esse apelo ao nosso governador Roberto Requião.

Não poderia aqui também deixar de fazer um comentário à presença de dois nobres companheiros meus, sendo que um era meu companheiro de Câmara, outro era meu companheiro de comunidade, que é o vereador Rodolfo A. de F., nosso companheiro Ude, e também do capitão Pombo, que sempre prestou inúmeros serviços em prol da comunidade do litoral. Então, eu quero aqui registrar e agradecer a presença de vocês, não só a presença, mas sempre o companheirismo demonstrado em todas as jornadas.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, PT; PPB.

(Todos declinam)

PMDB. Usará a palavra o seu digníssimo líder, deputado Antonio Anibelli, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Não sou ligado à área policial, mas recebo, em nome do PMDB, as alegações do deputado Barbosa Neto, do deputado Jocelito Canto, deputado Ratinho, as suas ponderações. Sabemos que o ex-secretário da Segurança Pública, o nosso ex-colega, deputado José Tavares, é de Londrina. E sabemos que Londrina é a segunda cidade do Paraná. O índice de criminalidade não só de Curitiba, mas de Londrina, Maringá, e de todas as cidades, Foz do Iguaçu, Cascavel, onde em Foz até um vereador foi baleado, está entre a vida e a morte há mais de quinze dias, onde em um governo que se dizia sério, do ex-governador Jaime Lerner, mataram um deputado e a polícia com toda a sua dignidade, do Paraná, a polícia limpa, até hoje não mostrou ao Paraná o matador daquele nosso colega que talvez o único crime que cometeu foi votar contra a venda da Copel; talvez tenha sido até isso, já que a polícia limpa do Lerner não elucidou a morte do nosso querido, ex-deputado Tiago Amorim.

Será, deputado Ratinho, que o seu pai está errado nos programas de televisão, quando mostra a comida servida aos presidiários das penitenciárias? Sou um frequentador da televisão, do SBT, porque o seu pai é um orgulho para o Paraná, é o embaixador do Paraná no Brasil, ele, mostrando a comida servida aos presidiários onde tinha carne de dois ou três tipos e eles se negavam a comer? Um presidiário que custa três ou quatro vezes mais que um trabalhador do salário mínimo, companheiro Vanhoni. E esses bandidos ainda no Paraná custando mil e quinhentos reais, será que valem mais que o nosso trabalhador?

Será que o governador Requião, que assumiu um Estado quebrado, que rescindiu tantos e tantos contratos - que ontem em um seminário, que vários dos senhores deputados participaram, dizia o doutor Paulo Pimentel, que merece crédito do Brasil e do Paraná como ex-governador, que a Copel pagava um milhão de reais por dia para uma quadrilha que assaltou este Estado e que até o mês de agosto a Copel estaria falida - será que o governador Requião está errado em apurar? E a consciência dos nossos colegas deputados que votaram pela venda da Copel?

Tenho certeza, deputado, de todos os partidos que votaram talvez foram iludidos, porque não sabiam que o Paraná e a Copel estavam sendo roubados em um milhão por dia e que iriam quebrar a maior empresa, orgulho deste Estado, quando o mundo inteiro vê que a privatização das companhias de energia está levando ao buraco. E nós vemos o governo federal chegar à conclusão também que têm que ser revistas as privatizações das companhias de energia elétrica e nós queremos apurar, deputado Plauto, quem fez aquela penitenciária em Ponta Grossa. Deus queira que tenha sido lícita a concorrência, que não tenha havido favorecimento. Não podemos abrir aquela penitenciária para depois dizermos que foi o nosso governador, porque quando se assume uma massa falida ou uma prefeitura ou um governo do Estado, você tem que fazer a moratória, como o Requião fez, para descobrir em 90 dias ou não pagar ninguém, não pagar aqueles contratos lesivos ao povo paranaense.

E aquele jornal de Ponta Grossa, o Diário da Manhã,...

(Término do tempo)
(O deputado Vanhoni cede o horário da
Liderança do Governo)

...deputado Jocelito, que ofende vários deputados, que talvez esteja bravo com o governo ou com os deputados que eram acostumados a levar verbas para rádios, jornais e hoje esse jornal não esteja recebendo - não admito que o deputado Plauto Miró fosse fazer uma saudação ao Fernandinho Beira-Mar se ele fosse, como diz o jornal Diário da Manhã, transferido para Ponta Grossa.

Será que o Fernandinho Beira-Mar teria coragem de vir ao Paraná neste governo? Eu acho que não.

No governo passado talvez ele trocasse o Rio de Janeiro pelo Paraná...

Acho, companheiros, que precisamos levar a coisa ao pé da letra - darmos ao governador, que teve a coragem de assumir e era promessa de campanha - e todas as suas promessas estão sendo cumpridas, uma a uma: a Sanepar, a Copel, ele está levando um a um dos seus compromissos.

Ainda não conseguimos pegar o pedágio. Espero que essa CPI constituída ajude o nosso governo, os deputados que assinaram, os independentes, os da Oposição, os do governo, vamos abrir a caixa preta; talvez a peni-

tenciária de Ponta Grossa seja inaugurada solenemente por aqueles que roubaram o Paraná, aqueles que fizeram os contratos lesivos ao nosso Estado, aqueles que estão roubando 24 horas por dia os nossos caminhoneiros, cobrando um pedágio roubado, que está matando de fome o nosso trabalhador. Aquelas crianças de Ponta Grossa que têm mães e pais caminhoneiros, funcionários públicos, talvez estejam morrendo de fome pelo dinheiro deixado nas praças de pedágio.

É isto que nós queremos: o crédito ao governador. Em 90 dias ele teve coragem, já mandou para a rua vários delegados corruptos, vários outros com medo pediram aposentadoria, agentes estão sendo desviados, deputado não dá palpite em nomeação de delegado, nós queremos colocar em cada cidade nossa, delegados que vão lá prender aqueles que estavam roubando, aqueles que estavam levando os filhos dos paranaenses ao tráfico de drogas, ao consumo de drogas.

E me lembro do deputado Alborghetti, quando citava aqui que seu filho tinha problemas, ele chorava na tribuna desta Casa. Acho que a pior desgraça de um pai, de uma mãe, é ver um filho drogado, e onde não existe polícia séria, onde não existe governador digo, que bate no peito e diz que é respeitado no Brasil, como Roberto Requião é, nós iremos limpar a polícia, limpar os traficantes deste Estado, acabar com o tráfico de drogas, e tenho certeza, todos os 54 deputados estarão ao nosso lado. Nós temos projeto para colocar policiais na frente das escolas; temos a nossa proposta vencedora da última eleição, que o povo aceitou e deu a Roberto Requião, ao PMDB, aliado com o PT, PPS, PV e outros partidos aliados, com algumas outras defecções em outros partidos que acreditaram na proposta de um homem limpo, como é Roberto Requião, um homem que teve apoio do Lula.

O povo brasileiro quis mudar o Brasil, quis mudar o Paraná e o Brasil. Se cada um fizer a sua lição de casa, estaremos engrandecendo o voto popular que recebemos, para dizer: chega de corrupção! Chega de banditismo! Chega de estupro! Dizem que seqüestraram até o presidente do Grupo Positivo! Seqüestros relâmpagos!

O carnaval do Rio de Janeiro, que vergonha! Nem o exército na rua está agüentando o banditismo do Rio e de São Paulo. Os grandes ladrões e traficantes vieram para o Paraná, pelo anúncio do ex-governo, que aqui era o oásis, era a oitava maravilha do mundo.

Meus companheiros, é este Paraná limpo que queremos, ao lado de todos os deputados, para mostrar que iremos cumprir o juramento à Constituição, preservar este Estado e ajudar as autoridades sérias e competentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo horário destinado ao PFL.

Concedo a palavra ao deputado Rafael Greca, por cinco minutos.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Os jornais de hoje e a Rádio CBN trazem a notícia de que estaria sendo aventado pelo governo federal, o destino da penitenciária de Piraquara ou de uma das penitenciárias do Paraná, como possível domicílio presidiário para o perigoso traficante internacional Fernandinho Beira-Mar. Ouvimos assustados, hoje de manhã, a entrevista do coronel da Polícia Militar do Paraná, coronel Justino, pela Rádio CBN, mais especificamente, e ficamos profundamente arrepiados ao ver aquela autoridade policial, a quem por sua trajetória profissional, sempre dedicamos respeito, dizer até com um certo orgulho e uma certa empáfia, que os presídios estão, no Paraná, perfeitamente preparados para receber o perigoso traficante.

Em meu nome, enquanto ex-prefeito de Curitiba, na minha condição de paranaense e em nome do meu partido, registro o mais profundo repúdio pelas declarações do coronel Justino, que eu não imagino, tenham acuidade na pessoa do governador do Estado e muito menos em qualquer das autoridades do Estado.

Quero apelar ao senhor presidente da Assembléia, que tire uma posição da Casa, junto ao ministro da Justiça. Quero apelar ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, que tire uma posição do Judiciário paranaense, junto ao ministro da Justiça. Não existe nenhum presídio no Paraná, com capacidade para receber um criminoso da periculosidade do Fernandinho Beira-Mar. Quero apelar à líder do PT nesta Casa, que peça ao Lula, que não nos pague a votação que teve em Curitiba e no Paraná com essa moeda de traição.

Nós, falo agora eu, pessoalmente, não pelo partido que estou usando o horário; não votamos em Lula para receber essa moeda de traição. Piraquara não pode receber Fernandinho Beira-Mar. Curitiba, a mais civilizada das cidades do Brasil, não merece esse ovo de serpente na sua região metropolitana, não na nascente do Rio Iguaçu, não no berço do rio que nasce onde eu nasci. Esse ovo de serpente botado pelo ministro da Justiça aqui em Curitiba, líder do PT, esta moeda de traição, não! Não aqui! Que Lula tenha piedade de nós, piedade pelas mulheres dos nossos juízes, pelas mulheres dos nossos promotores, pelos que aqui vivemos, pelos nossos policiais, pelos que aqui vão nascer. Piedade, misericórdia, não o ovo da serpente aqui. Criminosos federais em presídios federais, e Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, serena e protegida. Doce e serena curitiba, bem paga pelos votos que deu sorridente e feliz, como sempre foi.

Concedo o aparte ao deputado Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Eu percebo que V. Exa. está preocupado com a possibilidade do Fernando Beira-Mar ser transferido para o Paraná, mais em especial para Piraquara; acho que seria um vizinho incômodo para V. Exa. que tem uma bela chácara em Piraquara.

Quero dizer, deputado Rafael Greca, que o Lula não está traindo Curitiba, muito menos o ministro da Justiça Thomás Bastos.

Então, quero deixar aqui a minha insatisfação com relação às suas palavras. O problema do Fernando Beira-Mar hoje é um problema nacional. Brasília não comporta o Beira-Mar, se comportasse já estaria lá há muito tempo.

O governo passado, do querido Fernando Henrique Cardoso, também não permitiu que ele ficasse lá por problemas de presídio. Ele estava num presídio de segurança máxima, que é o do Rio de Janeiro, como mandou a Justiça. Agora, o que aconteceu ontem, é que o ministro da Justiça Thomás Bastos, está consultando governadores enquanto não fica pronto o presídio de segurança máximo que está sendo feito lá em Brasília, e enquanto não ficar pronto, que alguns Estados possam segurar o Fernando Beira-Mar.

Eu não sei o que o Cel. Justino disse pela rádio, eu acho que o Fernando Beira-Mar não vem para o Paraná. Concordo com V. Exa. que não devemos aceitar a sua vinda para cá. Se tivermos possibilidade, que ele fique em outro lugar, melhor para os paranaenses. Mas V. Exa. exagera um pouco, o Lula não está traindo o povo do Paraná e nem ao senhor, e muito menos o Thomás Bastos. Pode ficar tranquilo, nós vamos dar proteção à sua chácara, lá em Piraquara. O senhor vai poder comemorar muito bem lá na sua residência os belos jantares que vai oferecer para os deputados, logo, logo, que sabemos que o senhor vai fazer.

O SR. RAFAEL GRECA

V. Exa. usa de argumento pueril e pastoril para tentar desviar a atenção da pequena platéia que aqui está, sobre um problema que é grave. A viúva de Antonio José Machado Dias, também em Presidente Prudente, não imaginava o risco quando Fernandinho Beira-Mar invadiu o interior de São Paulo com a sua nefanda presença.

Era isso. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No horário destinado às lideranças, concedo a palavra ao deputado Rafael Greca, no horário destinado à Liderança da Oposição.

O SR. RAFAEL GRECA

Vou usar o horário da Liderança da Oposição por benignidade dos deputados, ditos da Oposição, para conceder aparte aos deputados que me queiram questionar sobre o que acabei de falar.

Concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Rafael Greca, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Mais uma vez eu tenho a oportunidade de ouvir, de presenciar aquilo que é admirado não só pelos paranaen-

ses, como por todos os brasileiros que o conhecem, a sua verve, o seu conhecimento, a sua capacidade de oratória. E dizer que não poderia o nobre Rafael Greca ter escolhido melhor assunto.

Como o senhor, deputado, eu não moro e não tenho chácara em Piraquara, moro em Guarapuava. E fiquei estarecido hoje pela manhã quando sintonizei o rádio no meu carro na CBN e ouvi esta notícia. E a CBN, nobre líder Vanhoni, fazendo enquetes a respeito da vinda de Fernandinho Beira-Mar, para o Paraná.

Nós não podemos ficar na posição de que se é de Brasília, temos que aceitar. Queremos de Brasília recursos para serem investidos na área da saúde, como tivemos aqui, ontem ou ante-ontem, pronunciamento de deputados alegando a falta de leitos de UTIs para o nosso Estado. Eu fui um dos deputados, deputado Rafael Greca, que entrou em defesa do governo do Estado, dizendo que não poderíamos estar usando recursos do Estado, que tem outras prioridades, porque a saúde tem que ser uma prioridade nacional, que existem os recursos do SUS para que venham para o Paraná. Não podemos abrir não destes recursos! Isto sim, nós queremos.

Agora, Fernandinho Beira-Mar, quem o criou, que o embale. Nós não criamos esse tipo de bandido. Tivemos oportunidade, junto com o nobre líder Vanhoni de participar da Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico, depois da CPI do Narcotráfico, pudemos ali avaliar a extensão deste problema.

Temos aqui nesta Casa um deputado que veio da classe policial, o delegado Bradock, que sabe como acontecem esses atos. Atos de vontade. Ele, como delegado poderia, na sua delegacia, receber o preso e dizer não tenho condições de recebê-lo.

O que eu espero desta Casa, do Governo e do governador Requião, é que ele diga não! Fernandinho Beira-Mar aqui não!

Queremos ações benéficas para o nosso Estado, não podemos expor os paranaenses a esse bandido, a esse traficante internacional que ousa, de dentro de um presídio, comandar um banditismo e paralisar uma cidade como o Rio de Janeiro!

Um bandido que impõe o terror a uma cidade do tamanho do Rio de Janeiro, vem se alojar na nossa querida Piraquara, vem se alojar na região, como bem colocou o deputado Rafael Greca, berço do Rio Iguaçu, vem se localizar junto aos nossos mananciais! Que belo presente! Presente de grego!

Acredito que esta Casa, senhor presidente, junto com o governador Requião, tem que mostrar uma posição firme: aqui não!

Não queremos Fernandinho Beira-Mar!

Queremos sim, ações efetivas do governo federal que tragam melhorias para nossa gente, que tragam qualidade de vida, não preso! Preso, não. Nunca! Queremos mais escolas, mais universidades, mais atendimento na saúde, mais estradas asfaltadas, mais desenvolvimento. Presos, não. Chega aqueles que já temos aqui!

Senhores, nos últimos oito anos foi praticamente duplicado o número de vagas nas penitenciárias, e ainda assim temos delegacias e cadeias entupidas, com bandidos saindo pelo ladrão.

Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Rafael Greca.

Parabéns pela sua coragem, parabéns pela sua brilhante oratória.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Rafael Greca, muito obrigado pelo seu aparte.

Já tive oportunidade ontem de colocar, V. Exa. tem, através da sua palavra, sempre a possibilidade de trazer boas informações e a contradição daquilo que acontece.

Também sou contra a vinda de Fernandinho Beira-Mar e acredito que é desnecessária essa enquete da CBN.

Quem é que vai querer que o Fernandinho Beira-Mar venha para cá? Claro que não.

Agora, o que é o Fernandinho Beira-Mar?

Quem o pariu que o embale, e quem pariu foi o Brasil nessa sacanagem toda, nessa criminalidade que não tem tamanho! O Fernandinho Beira-Mar não é por si só perigoso, ele representa o que há de mais cruel e desumano no narcotráfico e no crime organizado do Brasil. Vai ficar sendo leiloadado de Estado em Estado, e obviamente que não é uma questão do presidente da República, não foi o presidente Lula que criou essa situação de um homem só ser leiloadado de Estado em Estado.

É lamentável que não tenhamos lugar para este rapaz, mas, quem sabe, o sumiço dele lá para a Colômbia, como ficou algum tempo, também a criminalidade aqui não diminuiu. A questão do crime é um pouco mais complexa e não se trata apenas do Fernandinho Beira-Mar que deva ficar em algum lugar, menos no Paraná. Os do Rio Grande do Sul falarão a mesma coisa, os de São Paulo querem que ele saia de lá. Enfim, onde vai o Fernandinho Beira-Mar? Deveríamos perguntar: onde vai o Brasil, com tamanha criminalidade?

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está encerrado o horário do Expediente.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Gostaria de usar a palavra por um instante.

Ouvi a entrevista da CBN e gostaria de fazer uma defesa aqui do Cel. Justino, como homem de rádio que sou.

Não entendi a colocação do deputado Greca, porque a entrevista que o Cel. Justino deu à CBN não fala em momento nenhum que o Fernandinho vem para o Paraná. Ele apenas disse, ouvi a entrevista, que se viesse

para o Paraná e a penitenciária de Piraquara estaria com total capacidade, sendo uma das melhores do mundo, ele chegou a citar. Estão executando o coronel sem ele dever. E ele deixou bem claro no seu pronunciamento, dizendo que: se o governador entender que deva vir para cá, a penitenciária estaria em condições de tratá-lo como qualquer outro presidiário. Em momento algum o Cel Justino disse na entrevista, que o Beira-Mar vinha aqui para o Paraná.

Era isso.

O SR. DELEGADO BRADOCK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Mesa informa que não procede mais Pela Ordem, já que o Expediente está encerrado, e passamos à Ordem do Dia.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Mas eu insisto!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Qual é o artigo que V. Exa. pede pela ordem?

O SR. NEREU MOURA

Artigo 105: “O presidente não poderá recusar a palavra ao deputado que solicitar Pela Ordem”.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Vou ler o artigo 105: “O Presidente não poderá recusar a palavra ao deputado que solicitar Pela Ordem, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido”.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não existe artigo sendo desrespeitado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa. É um assunto relevante que tem causado a preocupação de todos nós da sociedade paranaense, desta Casa, do governador. Acho que V. Exa. poderia não ser tão intransigente desta forma, permitir que o deputado Bradock possa se utilizar do artigo 105, que lhe dá garantias de usar pela ordem, para que ele possa fazer um comentário, já que ele foi citado no curso das pessoas que lhe antecederam.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Mesa no dia de hoje está, conforme pedido do deputado Neivo Beraldin, seguindo o Regimento.

Peço desculpas ao Delegado Bradock e lhe sugiro o uso de Explicações Pessoais.

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

V. Exa. queira, por gentileza, inscrever-me no Horário das Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O delegado Bradock e V. Exa. estão inscritos em Explicações Pessoais.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 388, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 a 05, da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. DELEGADO BRADOCK (**Pela Ordem**)

Peço que seja encaminhado o requerimento para que eu possa justificar a citação. Fui citado e gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

V. Exa. já foi inscrito em Explicações Pessoais e terá oportunidade de fazê-lo.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Verificação de votação.

Solicito ao 1º secretário que proceda à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Do deputado Ângelo Vanhoni, que solicita votação em bloco dos itens nº 01 a 05 da Ordem do Dia.

Em votação. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a emissão de declaração negativa de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 002/2002

Curitiba, 07 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 401/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 274/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as “empresas prestadoras de serviços públicos como abastecimento de água, esgoto, gás, energia elétrica e telefone, ficam obrigadas, anualmente, a emitir declarações negativa de débitos dos respectivos usuários”.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre de indiscutível inconstitucionalidade do mesmo, eis que, segundo respeitável entendimento da douta Procuradoria Geral do Estado do Paraná, tal matéria é de competência exclusiva da União, conforme mandamentos contidos nos artigos 21, inciso XI e XII (b) e 22, inciso IV, da Magna Carta Federal e, em parte, de competência dos municípios, conforme determina o artigo 30, incisos I e V, da referida Carta Magna.

Por outro lado, esclareço que a Companhia Paranaense de Energia - Copel e a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, opinaram no sentido do veto total ao Projeto de Lei nº 274/2000, argumentando que as atividades de ambas, nesses aspectos, são regidas por Legislação Federal editada pela União, nos preciosos termos dos supracitados preceitos da Constituição da República.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 274/2000, encontra-se publicado no DA nº 110/2000, de 23/08/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 09/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Belinati, dispõe sobre a emissão de declaração negativa de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos.

A proposta foi vetada pelo Executivo sob a alegação de que tal matéria é de competência exclusiva da União.

Chamada esta Comissão a se manifestar, sobre o veto ao projeto verificou-se que o Executivo respeitou os preceitos legais.

Portanto, nosso parecer é favorável à análise do veto em Plenário.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 389/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Governo do Estado integrar permanentemente profissional da área de psicologia e assistente social no quadro de profissionais de educação em todas as escolas do Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 027/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 334/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 389/2000, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que em todas as escolas do Estado do Paraná, serão integrados, de forma permanente, profissionais da área de psicologia e profissionais da área de assistência social.

O veto aposto ao projeto de lei em referência decorre de parecer expedido pela Secretaria de Estado da Educação, cujo posicionamento endosso, ressaltando a inconstitucionalidade da medida, porque sua execução exigiria a contratação de mais de quatro mil profissionais, ocasionando considerável aumento nas despesas com pessoal. Este acréscimo no custo da folha de pagamento implicaria em grave desobediência à Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e, ainda, inconstitucionalidade por afrontar os artigos 153, inciso I, e 66, inciso I, da Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 389/2000, encontra-se publicado no DA nº 161/2000, de 20/11/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 015/2002

P A R E C E R :

O Veto nº 15/2002, do Poder Executivo, foi apostado ao Projeto de Lei nº 389/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Procedida a análise desta proposição, no que se refere ao prazo de apresentação e demais aspectos constitucionais, não encontramos óbice à normal tramitação do Veto nº 15/2002.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 110/2002, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 159/2002, de autoria do deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a matrícula de portadores de necessidades especiais em escolas das redes pública e privada do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 345/2002

Curitiba, 05 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 202/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 159/2002, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as redes de ensino pública e privada deverão oferecer em suas instalações, programas de atendimento e integração aos portadores de necessidades especiais, conforme especifica a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu capítulo V, que trata da Educação Especial, assim como visa adotar outras providências, tendo o veto parcial incidido sobre o artigo 3º;

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento integral em virtude de parecer da Secretaria de Estado da Educação, considerando a medida boa e conveniente mas, opinando pelo veto ao artigo 3º porque atribui competência de “diagnóstico clínico” aos órgãos de

ensino e não médicos, o que, inequivocadamente, é impossível.

Esses são os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração desta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 159/2002, encontra-se publicado no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 110/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 159/2002, de autoria do deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a matrícula de portadores de necessidades especiais em escolas das redes pública e privada do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 115/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 371/1999, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias com a Prefeitura de Sarandi e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 402/2002

Curitiba, 09 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 237/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 371/1999, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão de o referido projeto de lei não conter descrição dos imóveis a permutar, fator indispensável a fim de que a pretensão pudesse ser devidamente analisada.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 371/1999, encontra-se publicado no DA nº 040/2002, de 10/04/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 115/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 371/1999, de autoria do deputado Ricardo Maia, que visa autorizar o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias com a Prefeitura Municipal de Sarandi e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 129/2002, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 402/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que acrescenta duas vagas conforme especifica a Lei nº 12.904/2000. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 129/2002

Curitiba, 10 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 272/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com os artigos 87, inciso VII, e 71, parágrafo 1º, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o projeto de lei, em razão de ter sido julgado contrário ao interesse público, porque a administração não pretende modificar critérios já fixados pela Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração desta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 402/2000, encontra-se publicado no DA nº 086/2002, de 24/06/2002 - Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 129/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 402/2002, de autoria do senhor deputado Beto Richa, que visa acrescentar duas vagas conforme especifica a Lei nº 12.904/2000.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Em discussão os itens, 01, 02, 03, 04, 05.

Para discutir, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhores deputados, os dois vetos são parciais nesses projetos, um do Ricardo Maia, do qual o mérito é mantido quase que na sua essência. O veto parcial diz respeito como uma obrigatoriedade atribuída às escolas em relação aos alunos com necessidades especiais.

Exige que a escola dê um atestado clínico. Isso não é competência da escola, precisa de um profissional da área médica, da área de saúde, que dê esse atestado.

Nesse sentido, o veto retira este artigo, esta formulação do projeto. No restante não há veto; deve ser encaminhado e executado pelo Poder Executivo.

No veto parcial do deputado Beto Richa, diz respeito à modificação da legislação do Conselho Estadual de Educação. Há uma modificação proposta pelo deputado Beto Richa, no qual o governo anterior - e nós entendemos que assim deve proceder, na sua extensão do projeto, está mantida. A única é de que os membros do Conselho Estadual de Educação devem ter um mandato de 4 anos. Entendemos de que deve prevalecer a formulação antiga, de 2 anos, sendo possível a prorrogação por mais 2 anos, para que, no Conselho Estadual de Educação, como a legislação anterior previa, possa, se necessário for, acontecer um remanejamento dos membros do Conselho.

No que diz respeito à formulação do conjunto do projeto, ele está perfeitamente de acordo com a legislação e com o que prevê o LDB.

Esses dois projetos que têm o veto parcial, a explicação é nesse sentido, porque os outros três vetos dizem respeito à constitucionalidade e, infelizmente, o Poder Executivo não poderá acatá-lo por questão de vício de origem.

A nossa posição é de que os senhores deputados devem se expressar pela votação SIM, pela manutenção

dos vetos. Tantos os dois parciais, como os outros três que estão na totalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Em se tratando de votação secreta, o 1º Secretário fará a chamada nominal dos senhores deputados.

Os deputados que votarem pela manutenção do veto, votarão com a expressão SIM.

Os deputados que desejam votar pela derrubada do veto, votarão pela expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

Senhor presidente, 42 deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

42 deputados votaram.

Solicito a presença dos seguintes deputados para proceder o escrutínio dos votos:

Carlos Simões, Dobrandino da Silva e Duílio Genari.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, enquanto se processa a apuração, gostaria de fazer um comunicado à Casa, se V. Exa. me permitir.

(Assentimento)

Deputado Stica, gostaria de convidar a V. Exa. como 1º vice-presidente desta Casa, aos demais membros da Mesa e a todos os deputados, para que participem da instalação da CPI da Copel que deverá ocorrer tão logo seja anunciada a apuração dos votos, na Sala das Comissões, no 3º andar do prédio da frente. Gostaria de contar com a sua presença e convocar a todos os membros da comissão para que lá estejam, para que possamos dar o bom andamento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradecemos o convite e desejamos bom trabalho e sucesso a toda a equipe da CPI, e estaremos lá.

O SR. MARCOS ISFER

Poder ter certeza de que esticaremos mas não arre-bentaremos.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

31, SIM; 11 NÃO.

Estão mantidos os vetos, dos itens 1 a 5.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que corrige a sigla "UFIRS" do artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 033/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria do deputado Hermas Brandão, "corrige a sigla UFIRS do artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002".

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a esse projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002. (Substituição Frota Oficial do Estado). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 047/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria do deputado Hermas Brandão, "revoga a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002".

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Sobre os referidos projetos, Requerimento nº 400, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do Expediente, solicitando a retirada dos Projetos de Lei nºs 033 e 047/2003, itens 06 e 07, respectivamente, da pauta da presente Sessão Ordinária, para encaminhamento à Comissão pertinente por falta de parecer. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão dos Projetos de Lei nºs 033 e 047/2003.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca e outros, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor José Dirceu de Oliveira e Silva - Ministro Chefe da Casa Civil do Governo Federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 002/2003, de 20.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 063/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores - PT., tem por finalidade conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao ministro José Dirceu de Oliveira e Silva.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, e por estar de acordo com a Lei Estadual nº 13.115 de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre as normas e requisitos para o título de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CARLOS WELTER - Relator

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, que é o projeto que V. Exa. está colocando para votar?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Título de cidadão honorário do senhor José Dirceu.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Olha, por deferência do meu líder, do deputado Antonio Anibelli, nós do PMDB recomendamos o voto SIM, porque o nosso ministro José Dirceu tem todas as credenciais para receber o título de cidadão honorário do nosso Estado. Morou aqui, viveu aqui, é uma figura que orgulha o Brasil, e por isso, como já disse, por deferência do meu líder, Antonio Anibelli, nossa bancada votará SIM, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Com a palavra, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Em nome do PTB, lembra-me o deputado Carlos Simões, digo que a bancada votará SIM, ao mesmo tempo em que a Bancada Independente formada neste Parlamento, também estará votando pelo SIM, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Para encaminhar, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Em nome do Partido dos Trabalhadores, digo que José Dirceu tem uma vida singular na história do nosso País, o que orgulha a todos os brasileiros.

Durante a sua vida e quando estudante, militou já desde cedo na luta pela melhoria do ensino no nosso País.

Em 1969 José Dirceu e outros companheiros estiveram presentes na direção da União Nacional dos Estudantes. Naquele período, o Brasil lutava pela democracia e os estudantes, como sempre são vanguarda da luta democrática em qualquer país do mundo, naquela oportunidade aqui no Brasil também enfrentaram muitas vezes os rigores da Ditadura Militar e José Dirceu foi um dos estudantes que esteve exilado. Passou por vários países da América Latina e depois esteve morando clandestinamente no Estado do Paraná, na cidade de Cruzeiro do Oeste. Ali constituiu família. Casou com uma moça naquela cidade hoje uma senhora, uma empresária dali, e lá teve um filho, que lá mora até hoje.

Após isso, José Dirceu, depois, com a anistia, voltou ao Brasil. E ao voltar ao Brasil ajudou a construção e fundação do Partido dos Trabalhadores, o PT. Foi secretário geral e presidente do Partido dos Trabalhadores durante três mandatos. Agora, com a eleição do nosso Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, José Dirceu é chamado a ser ministro chefe da Casa Civil.

Está é uma pequena homenagem que o povo do Paraná pode fazer a um homem que sempre lutou, mais do que tudo, pela democracia no nosso país. Então, em nome do PT, estamos encaminhando a votação favorável a esse título que é uma pequena, mas grande homenagem a esse brasileiro ilustre que orgulha a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Para encaminhar a votação, deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE

Senhor presidente, pelo que representa José Dirceu para o Brasil, por tudo o que ele já fez pelo nosso Brasil e certamente fará muito mais, inclusive pelo nosso Paraná, nós do PL vamos votar SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está em votação. Em se tratando de Título de Cidadão Honorário a votação será secreta.

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à chamada dos senhores parlamentares**)

Quarenta e seis senhores deputados votaram, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Quarenta e seis deputados votaram.

Solicito aos senhores deputados Jocelito Canto, Nelson Garcia e Marcos Isfer para comporem a comissão escrutinadora dos votos.

(**Pausa**)

Votaram SIM 45 (quarenta e cinco) e 01 (um) voto em branco.

Em face do resultado, foi **aprovado** o projeto.

O SR. CHICO NOROESTE (Pela Ordem)

Registro a presença dos Pastores Fernando Dalpont, Jamerson, e Sebastião Martins.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 378, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 379, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 381 e 382, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 383, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 384, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 386, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 389 e 390, de autoria do deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 391, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 392, de autoria dos deputados Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, Natalio Stica, e Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 393 e 397, de autoria dos deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 394 e 396, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 395, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 401, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Tendo os deputados Neivo Beraldin e Delegado Bradock declinado do pedido de serem ouvidos em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (Explicações Pessoais)

Quero apenas neste momento esclarecer que quando fiz as minhas colocações e que levantei a questão do Fernandinho Beira-Mar, aqui no Paraná e até agora ficaria fora de objetivo declarar aqui, mas as notas taquigráficas são testemunhas do que eu disse. Na verdade não

critiquei o governo Roberto Requião. Tentei fazer um aparte pedindo ao líder do PMDB que me concedesse a palavra; não foi possível.

Gostaria de frisar que até fui condescendente, porque sabemos do compromisso de campanha do governador que é ficar nos 90 dias do seu mandato acumulando o cargo de secretário da Segurança Pública do Paraná.

Gostaria, sim, de fazer estas minhas colocações, porque as críticas que teci aqui foram principalmente em relação ao Código de Processo Penal, a Lei de Execuções Penais, e citei inclusive uma entrevista concedida pelo presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Othon Luiz Spohnholz, que disse que para se mudar é preciso ter coragem. Sabemos que o governador é destemido, sabemos da sua capacidade e até daquilo que ele está imbuído.

Então, gostaríamos de deixar claras aqui estas minhas considerações, já estender isso até o deputado Dobrandino, quando disse do problema da segurança, na cidade de Londrina.

Quando o deputado Jocelito Canto usou da palavra e foi mal interpretado pelo líder do Governo, eu gostaria que isso ficasse consignado, principalmente quando fui aparteado e citado pelo deputado José Maria: não vamos transferir a culpa para o governo Requião e outros que disseram: “não vamos transferir a culpa para o governo Lula”. Quem é o responsável pelo Fernandinho Beira-Mar? É a sociedade, nós, enquanto deputados, eleitos pelo povo temos a nossa parcela de responsabilidade! Por isso volto a frisar: terminado o prazo de 90 dias é urgente que o governador Roberto Requião nomeie um secretário da Segurança Pública para que possamos cobrar!

Estamos esperando os projetos que virão a esta Casa para fazer a limpeza na polícia, afastar os policiais corruptos da corporação. E vamos votar favorável! Fazemos parte da bancada independente e estamos votando a favor daquilo que entendemos ser o melhor para o nosso povo. E vamos votar contrariamente àquilo que vier a prejudicar aqueles que nos elegeram e ao povo para-naense.

Era esse o esclarecimento que gostaria de fazer.
Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Ontem solicitei, aliás, na segunda-feira solicitei ao senhor que pudesse nos informar em que andamento estava o PCS dos servidores aqui, conforme aquela lei que determinou que fosse a partir de janeiro encaminhado. No dia de ontem o senhor me respondeu que traria, depois de consultar o presidente Hermas Brandão, uma resposta para este Plenário.

Gostaria de saber se já temos uma resposta?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

A Mesa pede escusas por ter esquecido, está aqui em mãos a resposta do presidente Hermas Brandão, que diz: “está para ser concluído nos próximos dias e que virá ao Plenário, para votação.”

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando para quinta-feira, dia 20, horário destinado ao trabalho das Comissões.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 095, 097, 100, 101, 102, 104 e 105/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 063/2003.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS DA BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, EM SESSÃO DO DIA 19 DE MARÇO DE 2003.

“Nota de repúdio ao secretário do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná”

(Bancada do PT)

Lamentavelmente somos forçados a tomar uma decisão a respeito do que se passa na Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura em Curitiba, hoje comandada pelo jornalista intelectual Deonilson Roldo.

Recebemos denúncia sobre a conduta do novo secretário que com truculência e desrespeito atende alguns órgãos de imprensa, entre os quais destacamos a Folha da Imprensa, que pelo seu jovem diretor jornalista Alcy Ramalho Filho, deu ênfase ao tratamento recebido pelo suposto poderoso secretário. Quando acontece qualquer fato que diz respeito à imprensa e as denúncias chegando ao nosso conhecimento verificadas já as procedências das mesmas, passamos a repudiar a conduta desse ilustre intelectual jornalista Deonilson Roldo, que tem demonstrado despreparo para ocupar função tão importante.

A conduta desse auxiliar, por ter merecido a confiança do prefeito de Curitiba tem sido a pior possível, porque vem prejudicando a imagem e o nome do prefeito Cássio Taniguchi e a imprensa reconhece o seu trabalho, aplaudindo, criticando democraticamente no sentido de colaborar com a sua gestão.

(a) ABDO AREF KUDRI
Presidente

Ata de Comissões:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 15ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões, as 9h30min, a Comissão de Segurança Pública, presidida pelo delegado Bradock. Estiveram presentes o deputado Duílio Genari e o deputado Barbosa Neto. Verificada a inexistência de número legal, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o Termo de ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo senhor presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, secretária da Comissão.

(a) DELEGADO BRADOCK - PRESIDENTE
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

Pauta da 2ª Reunião Ordinária da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES:

Projeto de Lei n° 001/2003, autor deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de Programas Abertos pela Administração direta, indireta e fundacional do Estado do Paraná.

Projeto de Lei n° 018/2003, autor deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a utilização de Programas Abertos, Livres de Restrições Proprietárias quanto a sua Cessão. Alteração e Distribuição pelo Estado do Paraná.

Projetos de lei anexados - Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 11.03.2003.

Projeto de Lei n° 008/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná.

Relator: deputado Elton Welter, designado em 13.03.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira em 18.03.2003.

Projeto de Lei n° 009/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que propõe a implementação e a obrigatoriedade do ensino de artes no currículo das escolas da Rede Estadual de ensino.

Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 010/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que institui incentivo às indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda.

Relator: deputado Elton Welter, designado em 13.03.2003. Vistas ao deputado Nelson Justus em 18.03.2003.

Projeto de Lei nº 012/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que altera a lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para distribuição, aos municípios do produto de arrecadação de ICMS.

Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 014/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que altera os limites do município de Campo Largo com o município de Itaperuçu.

Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 11.03.2003.

Projeto de lei nº 017/2003, autor deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades a prática de Assédio Moral, nas dependências da administração pública estadual, direta e indireta por servidores públicos estaduais.

Relator: deputado Nelson Justus, designado em 13.03.2003. Vistas ao delegado Bradock em 18.03.2003.

Projeto de Lei nº 023/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar relatórios trimestrais sobre Arrecadação do IPVA.

Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 082/2003, autor deputado Natálio Stica, que altera a Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível na forma em que especifica.

Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 083/2002, autor Poder Executivo - Mensagem nº 002/2003, que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, (Lei do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICM) modificando e acrescentando dispositivos em seu anexo.

Relator: deputado Hermes Fonseca, designado em 13.03.2003. Vistas ao deputado Durval Amaral em 18.03.2003.

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 005/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas Rodovias Estaduais.

Relator: deputado Nelson Justus, designado em 20.03.2003.

Projeto de Lei nº 006/2003, autor deputado Geraldo Cartário, revoga a Lei nº 12.909 de 23 de agosto de 2000, que autorizou o Poder Executivo a incluir dispositivo no edital de venda do Banestado.

Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 19.03.2003.

Projeto de Lei nº 034/2003, autor deputado Hermas Brandão, altera a redação da Lei nº 3.415, de 02 de dezembro de 1957, que declarou de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba.

Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 19.03.2003.

Projeto de Lei nº 099/2002, autor deputado Barbosa Neto, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco de Assis Lemos de Souza.

Relator: deputado Neivo Beraldin, designado em 19.03.2003.

Projeto de Lei nº 101/2002, autor deputado Tadeu Veneri, regula serviço de locação de cães no Estado do Paraná.

Relator: deputado Durval Amaral, designado em 20.03.2003.

Projeto de Lei nº 102/2002, autor deputado Tadeu Veneri, declara o tombamento do patrimônio ferroviário do Paraná.

Relator: deputado Durval Amaral, designado em 20.03.2003

Projeto de Lei nº 103/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre o combate ao racismo no Estado do Paraná e dá outras providências.

Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 20.03.2003.

Projeto de Lei nº 110/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que institui a Região Metropolitana de Cascavel.

Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 20.03.2003.

Projeto de Lei nº 662/2001, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Relatores: deputados Nelson Justus e Hermes Fonseca, designado em 20.03.2003.

Balancete:

OFÍCIO Nº 004/2002

Curitiba, 18 de março de 2003.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste

Poder referente ao mês de Fevereiro/2003, conforme relatório anexo. Pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Fevereiro	MÊS: Fevereiro Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:28/02/2003
---	-----------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	14.100.000,00	28.700.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	14.100.000,00	28.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	700.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.500.000,00	29.400.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	255.158,97	854.697,33
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	255.158,97	854.697,33
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	255.158,97	854.697,33
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	7.626.882,42	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	7.626.882,42	4.760.343,88
TOTAL	22.382.041,39	35.015.041,21

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Fevereiro Exercício: 2003	MÊS: Fevereiro REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 28/02/2003
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	12.276.020,60	23.875.634,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.772.315,15	20.664.283,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.503.705,45	3.211.350,95
DESPESAS DE CAPITAL	77.196,88	211.997,59
INVESTIMENTOS	77.196,88	211.997,59
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	12.353.217,48	24.087.623,17
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	49.418,24	390.613,37
PAGAMENTOS	49.418,24	390.613,37
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	415.000,00	972.390,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	415.000,00	972.390,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	464.418,24	1.363.003,37
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
BANCOS	9.564.405,67	9.564.405,67
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	9.564.405,67	9.564.405,67
TOTAL	22.382.401,39	35.015.041,21

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade